

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**ROGÉRIO SELBACH**

**A PRÁTICA ASSOCIATIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR: O  
CASO DA ASSOCIAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA (APSAT) NAS COMUNIDADES DE  
MATO GRANDE E RONDINHA, CANOAS / R.S.**

**Balneário Pinhal**

**2013**

**ROGÉRIO SELBACH**

**A PRÁTICA ASSOCIATIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR: O  
CASO DA ASSOCIAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA (APSAT) NAS COMUNIDADES DE  
MATO GRANDE E RONDINHA, CANOAS / R.S.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin

Co-Orientador: Tutor Mestre João Daniel Dorneles Ramos

**Balneário Pinhal**

**2013**

**ROGÉRIO SELBACH**

**A PRÁTICA ASSOCIATIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR: O  
CASO DA ASSOCIAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA (APSAT) NAS COMUNIDADES DE  
MATO GRANDE E RONDINHA, CANOAS / R.S.**

Trabalho de conclusão submetido ao  
Curso Superior de Tecnologia em  
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,  
da Faculdade de Ciências Econômicas  
da UFRGS, como requisito parcial  
para obtenção do título de Tecnólogo  
em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de Julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Daniel Mocelin– Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Quero em primeiro lugar agradecer a minha família por me proporcionar o apoio de todas as formas para a conclusão nesta etapa da minha vida. Minha mãe Liliana com sua atenção dedicada diariamente e ao meu pai Fernando pelo seu jeito compreensível com todas as coisas que se passam na minha vida.

Ao meu irmão Jones por tudo que já fez por mim, pelo incentivo dado desde quando iniciei o curso até a sua conclusão e continua sempre me incentivando, e a toda sua paciência comigo.

Quero agradecer também ao meu grande amigo Gilberio Beretta, pois este trabalho não seria completo sem a sua ajuda e ao seu tempo que foi dedicado a ele.

Agradecimento especial a minha namorada Ivonete Rodrigues por ser esta pessoa tão amável comigo e que está ao meu lado sempre me apoiando, sendo compreensiva em todas as horas e me ajudando sempre.

*“Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor, numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar.”*

*(Dorothy Stang)*

## RESUMO

Este trabalho analisa algumas implicações e impasses do processo de formação e desenvolvimento da APSAT (Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Mato Grande e Rondinha), localizada no município de Canoas/RS, compreendendo-se esta como de responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Rio Grande do Sul e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – EMATER/RS. Um dos objetivos é compreender o processo de assimilação de uma política pública pela comunidade beneficiada. A metodologia empregada neste estudo de caso é de revisões bibliográficas e entrevistas com roteiro semiestruturado de forma qualitativa. Os resultados da pesquisa apontam que a execução deste programa está condicionada ao atendimento das necessidades do público no que se refere ao acesso à mecanização do setor agrícola e sua continuidade está condicionada a participação ativa de todos os membros.

**Palavras chaves:** assistência técnica, política pública, mecanização, participação ativa

## **ABSTRACT**

This study examines some implications and dilemmas of the process of formation and development of APSAT Association (Service Delivery and Service Mato Grande and Rondinha), located in Canoas / RS, it being understood this as the responsibility of the Department of Agriculture and supply (SAA) of Rio Grande do Sul and the Technical Assistance and Rural Extension of Rio Grande do Sul - EMATER / RS. One goal is to understand the process of assimilation of public policy by the benefiting community. The methodology used in this case study is literature review and semi-structured interviews with a qualitative way. The survey results indicate that the implementation of this program is subject to meeting the needs of the public with regard to access to mechanization of the agricultural sector and its continuation is dependent upon the active participation of all members.

**Keywords:** technical assistance, public policy, mechanization, active participation

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADERE	– Associação de Desenvolvimento Rural de Estrela
APSAT	– Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica
ASCAR	– Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CEASA / RS	– Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul
CEPA	– Conselho Estadual de Política Agrícola
CNPJ	– Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMSEA	– Conselho Municipal para Segurança Alimentar
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento
CONSINOS	– Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos
COREDES	– Conselhos Regionais de Desenvolvimento
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE / RS	– Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
INMETRO	– Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
PIB	– Produto Interno Bruto
PLAGEDER	– Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	– Rio Grande do Sul
RS RURAL	– Programa de Desenvolvimento Rural às Comunidades Rurais Pobres
SAA	– Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SISAN	– Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

# SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO.....	100
2 AS COMUNIDADES DE MATO GRANDE E RONDINHA E AS ORIGENS DO ASSOCIATIVISMO .....	12
2.1 Caracterização da Região .....	12
2.2 As Políticas Governamentais e as Origens do Associativismo .....	16
3 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA APSAT MATO GRANDE E RONDINHA .....	22
3.1 Breve Histórico e a Formação da APSAT Mato Grande e Rondinha .....	26
3.2 Atividades Desenvolvidas pela APSAT Mato Grande e Rondinha .....	36
4 A AGRICULTURA FAMILIAR E A APSAT EM MATO GRANDE E RONDINHA: CONVERGÊNCIAS E RESULTADOS .....	39
4.1 Resultados Obtidos pela APSAT Mato Grande e Rondinha ao Longo de Sua História .....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
6 REFERÊNCIAS.....	55
7 APÊNDICES.....	56

# 1 INTRODUÇÃO

A ideia de associativismo remete diretamente ao princípio basilar de auxílio mútuo, de conjunções de esforços solidários visando ao enfrentamento e à procura de soluções para problemas comuns. Esta busca por alianças, seja como forma de convívio social, seja como forma de superação de conflitos, está intrinsecamente presente no processo de desenvolvimento de diferentes comunidades.

Levando em consideração tais premissas, o presente estudo pretende analisar a importância deste tipo de organização social entre os agricultores familiares, sobretudo como forma de viabilização de acesso às políticas de incentivo, analisando especificamente o caso da Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica – APSAT Mato Grande e Rondinha, propondo reflexões acerca de sua constituição histórica, sua dinâmica organizacional e de funcionamento, além de aspectos pertinentes que balizem as discussões que se façam necessárias.

A organização moderna dos modelos associativistas tal qual são concebidos atualmente tem origens europeias, mais precisamente na Inglaterra, em meados do século XIX, conforme apontam os estudos que segundo Accarini (1987) ao descrever que:

(...) 28 tecelões ingleses de uma cidade de Rochdale, em dezembro de 1844, fundaram uma sociedade destinada a realizar compras de gêneros alimentícios em comum, com o objetivo de suprimir os lucros dos intermediários e assim, aumentar o poder aquisitivo de seus parceiros saláriados adquirindo produtos a preços menores. (ACCARINI, 1987, p 169).

As ações dos extensionistas rurais na implantação de políticas públicas propondo formas de organizações de beneficiários em grupos ou associações, mediando relações que se estabelecem entre técnicos e agricultores, ou entre dirigentes e associados, se tornaram de fundamental importância à medida que a EMATER/RS definiu voltar seus esforços para públicos específicos.

Justificando-se pela proposição de reflexões acerca da prática do associativismo enquanto estratégia de viabilização do extensionismo rural, o presente estudo foi elaborado para atender às exigências de conclusão do Curso de Graduação

Tecnológica em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu desenvolvimento está pautado em revisão bibliográfica, exames de documentação cedida por pessoas ligadas a atual diretoria da APSAT Mato Grande e Rondinha e na realização de entrevistas com alguns sócios e pessoas ligadas à equipe que atualmente preside a associação.

Buscando compreender a inserção das comunidades Mato Grande e Rondinha neste processo de associativismo, procura-se caracterizar no Capítulo 1 as comunidades mencionadas nos seus aspectos socioeconômicos e geográficos, perpassando por políticas governamentais que influenciaram na configuração destas realidades.

A prática, ainda que não formal de associativismo, comum entre os primeiros moradores das comunidades estudadas e sua posterior caracterização jurídica, será objeto de estudo do Capítulo II, baseando-se em depoimentos de alguns associados, em leituras bibliográficas específicas e em informações registradas nas atas das assembleias da Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Mato Grande e Rondinha.

No Capítulo III propõe-se uma análise crítica acerca da atuação dos técnicos da EMATER/RS enquanto mediadores de políticas municipais e estaduais, voltadas para incentivar a agricultura familiar, especificamente aquelas constituintes do Programa APSAT, além de propor uma análise de como estas foram recebidas por parte dos produtores associados.

O objetivo norteador para a formação da APSAT Mato Grande e Rondinha está estabelecido em adquirir conjuntamente equipamentos agrícolas que possibilitem a mecanização das atividades de plantio e colheita nas propriedades dos associados, obedecendo-se a um sistema de rodízio organizado pela diretoria, segundo critérios específicos pré-definidos democraticamente durante assembleia geral. A viabilização desta prática no cotidiano da APSAT, assim como a análise das inter-relações surgidas neste processo também são questões abordadas no capítulo III.

Já às Considerações Finais trazem os principais aspectos elencados nas entrevistas, das leituras de bibliografias específicas e das conversas informais realizadas com os associados entrevistados para indicar os fatores da organização desta associação e suas possíveis contribuições ao debate do desenvolvimento rural.

## **2 AS COMUNIDADES DE MATO GRANDE E RONDINHA E AS ORIGENS DO ASSOCIATIVISMO**

Ainda que a realidade da economia canoense esteja baseada no setor industrial, as comunidades de Mato Grande e Rondinha caracterizam-se por serem bairros onde algumas famílias sobrevivem basicamente da prática da agricultura familiar, realizada em suas pequenas propriedades.

Entretanto, os avanços técnicos, caracterizados pela necessidade de mecanização para o aumento da produtividade, trazem incutidos em si a necessidade de políticas públicas que vislumbrem esforços para promover o acesso democrático a estas novas tecnologias produtivas.

Neste contexto, a prática do associativismo será a estratégia adotada pelas comunidades Mato Grande e Rondinha para viabilizar o acesso destes pequenos produtores a políticas governamentais que auxiliem na otimização de suas produções, conforme observa-se nas reflexões propostas neste capítulo.

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO**

O estado do Rio Grande do Sul, para efeitos de planejamento e participação regional no orçamento estadual, está dividido em 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE's.

O Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Rio dos Sinos – COREDE Vale do Rio dos Sinos, ou ainda CONSINOS - tem Canoas como sua cidade polo, abrangendo também os municípios de Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. Somando mais de um milhão de habitantes e uma extensa área territorial, o CONSINOS é um dos COREDES mais importantes do Rio Grande do Sul.

Segundo a FEE/RS – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, em 2006, esta região possuía uma população total de 1.328.991 habitantes, a densidade demográfica era de 950,3 habitantes por quilômetro quadrado, o que representava uma taxa de urbanização de 98,5%. Trata-se de uma das áreas com maior potencial econômico e industrial do Rio Grande do Sul.

O município de Canoas pertence à Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Possui o segundo maior PIB e a quarta maior população do estado, ficando atrás somente da capital. A zona urbana canoense é dividida em 18 bairros os quais concentram grande parte da população. Muitos deles possuem subdivisões, ou então, apresentam divisões territoriais que não são exatas e nem oficiais.

A geografia do município é bem diversificada, podendo ser encontradas paisagens predominantemente urbanas, ou mesmo, em alguns pontos isolados, florestas, grandes bosques ou então, cenários parecidos com semidesertos.

O solo é formado por várzeas e coxilhas areníticas do sistema da campanha. São revestidas de capões e campos limpos. Predominam solos derivados de sedimentos aluviais recentes, mal drenados, ácidos, pobres em nutrientes e bastante influenciados pela presença de água. Por este motivo, é comum que só plantas nativas sobrevivam.

Em relação às Bacias Hidrográficas, o município faz parte do Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – PROSINOS. Esse consórcio conta com a participação de vários municípios que utilizam as águas do Rio dos Sinos, importante rio da região que dá nome ao Vale dos Sinos. O consórcio efetivado através da lei número 5.491, foi assinado em 05/04/2010 e constitui-se em um protocolo de intenções para a realização da preservação das margens e das águas do Rio dos Sinos.

Porém, outro rio também percorre o território de Canoas: o Rio Gravataí.

Além disso, a cidade se localiza na Zona do Delta do Jacuí e é banhada por diversos arroios e lagos, alguns demasiadamente poluídos.

O clima do município é subtropical e temperado. A média anual das temperaturas máximas é de 24° C e a média das temperaturas mínimas é de 15° C.

Todos os verões de Canoas são quentes, com temperaturas entre os 23 e os 40° C. O outono é marcado pela alta concentração de chuva e temperaturas entre 13 e 25° C. Já no inverno as mínimas absolutas chegam a -3° C.

Pela sua proximidade com Porto Alegre, caracteriza-se por uma dinâmica de urbanização e organização da vida econômica e social de forte interdependência com a capital.

A base econômica do município, segundo dados da prefeitura municipal, está no setor industrial com 65% de representatividade, no comércio, 23% e em serviços, 8%. A área de agropecuária representa apenas 4% da atividade econômica.

Para compreender a fundo as características peculiares do território canoense, optou-se por dividi-lo didaticamente em quadrantes, levando em consideração suas localizações geográficas. Desta forma, têm-se os quadrantes: Noroeste, Nordeste, Sudoeste e Sudeste.

A maior parte da população do município está concentrada nas regiões Noroeste e Nordeste, representados respectivamente pelos bairros Mathias Velho e Guajuviras.

Ainda que os índices de ocupação territorial demonstrem o predomínio do zoneamento urbano, é possível perceber a existência de um número significativo de famílias que desenvolvem cultivos agrícolas sob a forma de pequenas hortas ou ainda, em espaços pouco maiores em suas propriedades.

As comunidades de Mato Grande e Rondinha, locais onde se realiza este estudo, pertencem ao Quadrante Sudoeste, possuindo uma população de 47.852 habitantes, segundo o IBGE (2010). É composto pelos bairros: Mato Grande (5.847 habitantes), Rio Branco (30.950 habitantes), Fátima (11.053 habitantes) e Ilha das Garças (2 habitantes), conforme figura-1. Basicamente, são bairros residenciais que desenvolvem a agricultura familiar e em alguns casos, a pesca artesanal.

Figura 1 – Denominação e localização dos bairros no município de Canoas.



Fonte: [http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/18863/Canoas\\_em\\_Dados2011.pdf](http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/18863/Canoas_em_Dados2011.pdf)

Em se tratando da qualidade de vida no território, o quadrante apresenta um desenvolvimento interessante e pertinente de análise, ou seja, é composto por bairros (Fátima e Rio Branco), que por um lado estão em um nível econômico e social estruturado, por outro, os Bairros Mato Grande e Rondinha, carentes sob aspectos econômicos e sociais.

Neste quadrante verifica-se um confortável número de entidades que atuam no desenvolvimento social da comunidade, as quais atendem os moradores em seu próprio território, sem que os mesmos tenham que se deslocar para outros bairros para serem atendidos nas suas necessidades.

No entanto, ainda há carência nos serviços de educação, transporte público, saúde e serviços gerais.

Quanto ao segmento de alimentação, verifica-se que a agricultura familiar se apresenta como ponto forte no quadrante, sendo uma região em que existe um grande número de famílias que atuam na produção de hortaliças e sobrevivem da agricultura familiar.

As comunidades de Mato Grande e Rondinha localizam-se a cerca de 2 quilômetros do centro da cidade. Atualmente conta com cerca de 30 associados à APSAT que produzem produtos agrícolas, sobretudo, hortigranjeiros. Em Mato Grande e em Rondinha, ao contrário dos bairros Rio Branco e Niterói, ainda existem chácaras e banhados. Houve uma grande influência nas atividades produtivas dos descendentes de italianos e alemães, pois os mesmos foram os primeiros agricultores que vieram a habitar o local.

## **2.2 AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E AS ORIGENS DO ASSOCIATIVISMO**

Uma das características marcantes do período de colonização da região sul brasileira é o fato de priorizarem a construção de uma capela e uma escola, as quais, além de cumprirem com suas funções, também eram utilizadas como locais para a realização de reuniões da comunidade, ou seja, ao abrirem clareiras nas regiões onde eram instaladas as *picadas* ou *linhas*, já se percebia o intuito coletivo em manter a união comunitária como forma de promover manifestações de natureza cultural, religiosa e social. Descrevendo estes locais, Roche (1969) assim os caracteriza:

Eram nas capelas ou nas escolas que os habitantes locais se reuniam em assembleias para realização de prestação de contas, discussões e tomada de decisões, ora por consenso, ora por votação, predominando a maioria dos votos. A regra geral de que uma pessoa tinha direito a um voto era a predominante, sem grandes questionamentos, prevalecendo noções claras que primavam pelo respeito ao bem comum, ao qual deveriam se submeter os interesses particulares em questão. (ROCHE 1969, p.62)

O período de adaptação dos agricultores imigrantes à nova realidade, muitas vezes totalmente diferente daquelas de seus países de origem, impuseram aos grupos familiares a busca por uma organização comunitária onde fosse possível praticar atividades de ordem recreativas e culturais da mesma colônia, como forma de manter seus usos e costumes, preservando suas identidades. Analisando o período da colonização marcado pela imigração sobretudo de povos advindos de países europeus, ROCHE (1969, p. 63) discorre sobre a existência de outros interesses organizacionais das “picadas” ou mesmo, das vilas, afirmando que:

[...] Das associações, algumas tinham fins espirituais ou educativos, outras visavam à beneficência e outras ainda, o divertimento. Os imigrantes tiveram imediatamente o cuidado de assegurar o ensino e a educação de seus filhos e

de lhes transmitir seu próprio patrimônio. Protestantes e católicos organizavam suas capelas que inicialmente também serviam de escola e integravam estas instituições em paróquias e dioceses.

Desta forma, ficam claros alguns primeiros esforços de associativismo, o predomínio da ideia de unir forças em prol da obtenção de objetivos que se traduzissem em benefícios coletivos a todos os envolvidos.

A sobrevivência coletiva, seja enquanto forma de manutenção da identidade sociocultural, seja enquanto meio de facilitador de acesso aos meios de produção, irá propor novas formas de organização, com o que concorda WILKINSON (1996, p.107) ao afirmar que “a imigração tomou a forma de ocupação via colonização que estabeleceu condições relativamente igualitárias de acesso à terra em moldes que permitiu o florescimento de uma tradição de policultura e uma propensão para o associativismo.”

Procurando descrever estas primeiras organizações, ainda nos tempos coloniais da região sulista brasileira, RAMBO (1988), observa que:

[...] as comunidades locais eram autônomas, auto-suficientes, auto-administrativas e autogerenciadas no que diz respeito a quase tudo o que se relacionava com o dia-a-dia do agricultor. O cotidiano desta gente gravitava em torno de balizas essenciais: a religião, a escola, a agricultura, a arte e as diversões. Em qualquer comunidade, tanto na sede da paróquia como na sede de capelas, organizavam-se a diretoria da igreja e a diretoria da escola, com a tarefa de zelar pela existência e manutenção da infraestrutura física e material, necessária para o funcionamento local destas instituições (RAMBO 1988, p.15),.

No entanto, toda esta organização voltada à prática da agricultura enquanto forma básica de sobrevivência, a exemplo do que vem ocorrendo em algumas áreas, vem perdendo espaço para o avanço desenfreado das áreas urbanas e todas as suas implicações. Via de regra, esta mesma realidade também é perceptível onde se realiza a pesquisa, já que nas últimas décadas, as áreas destinadas à prática da agricultura familiar vêm cedendo espaço à pressão demográfica, como nos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Esta relegação da prática agrícola a um segundo plano, aliada a pouca atenção aos espaços rurais enquanto lócus de produção e, sobretudo, de proteção e preservação ambiental, se torna cada vez mais notável no cenário nacional, sobretudo, se analisadas as políticas de desenvolvimento regional do Brasil.

O Estado brasileiro, a partir de 1964, passa a utilizar-se de três instrumentos para promover a mecanização agrícola: créditos subsidiados, incentivos fiscais e transferências de terras públicas. Evidenciava-se desta forma a política de tecnificação

do latifúndio como única forma capaz de produzir quantidades suficientes para o atendimento da demanda surgida com a política de exportação. Sabe-se que as políticas de modernização da agricultura brasileira desde esse período até os dias atuais, se caracterizam pelo incentivo à incorporação de tecnologias que modernizem o setor agrícola, à exemplo do que ocorre em outros países de maior desenvolvimento neste setor. Isso tem denotado a prática agrícola a necessidade da incorporação de um modelo de gestão semelhante a aqueles utilizados em organizações empresariais.

Essas mudanças na base técnica produtiva, baseadas e defendidas em princípios contidos na Revolução Verde, abarcavam a introdução de técnicas mecanizadas, a utilização de insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos) e pesquisas científicas visando a seleção e melhoramento das espécies, caracterizado na forma de sementes geneticamente modificadas. Propaga-se a ideia de que as práticas agrícolas antigas baseadas em técnicas rudimentares precisam ser substituídas, sobretudo porque representam significativos déficits nos resultados de suas produções.

Contudo, as políticas agrícolas, baseadas nas diretrizes da revolução verde, inviabilizavam o acesso ao mercado, para os contingentes de agricultores familiares individuais. A pequena dimensão de área das propriedades rurais também era empecilho para o acesso ao crédito rural.

Toda esta mecanização e modernização técnica trouxeram consigo a necessidade de gastos para implementação nas propriedades, o que representou significativo obstáculo para os pequenos produtores rurais que não dispunham de recursos financeiros para este fim.

Todavia, não serão perceptíveis em nível nacional grandes esforços governamentais buscando a solução deste impasse, realidade que se manterá praticamente inalterada até os primeiros anos da década de 1990.

Já em 1994 o desenvolvimento rural recebe aquele que se tornaria o principal programa para manutenção da agricultura regional: o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, cujo objetivo se pauta em fornecer crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares.

Os resultados do primeiro ano de execução, conforme considerações feitas por MATTEI (2001, p.3), “foram bastante restritos, sobretudo em função das dificuldades que os agricultores familiares tiveram para atender as exigências do sistema financeiro”.

As famílias que poderiam solicitar os recursos do PRONAF, precisavam estar de acordo com algumas exigências, conforme aponta Brandenburg (1999).

[...] o Ministério da Agricultura, para efeito de PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) considerou como familiares todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e detinham área inferior a quatro módulos fiscais( BRANDENBURG 1999, p.137)..

Mais tarde, o programa foi reformulado, englobando mais áreas de apoio à agricultura familiar, evidenciando a apropriação e o reconhecimento das múltiplas dimensões e funções que a agricultura familiar possui ou está habilitada a cumprir.

Da mesma forma, o programa ressalta o aspecto social da agricultura quando aponta que a garantia de produção é condição fundamental para a permanência do agricultor no campo. Vale lembrar que, a agricultura familiar foi definida na Lei federal número 11.326, de 24 de julho de 2006.

Neste sentido, a organização dos pequenos produtores rurais sob a forma de Associações, representa um avanço no que se refere ao acesso a estes recursos disponibilizados pelo governo federal para incentivar à prática da agricultura familiar.

Já o associativismo renderá papel de destaque ao padre suíço Theodor Amstad, que durante a última década do século XIX, pregava entre as populações colonização alemã da região do Vale do Rio Caí, a união de pequenos produtores e o aumento da produção para atingirem sua autonomia. Em 1900, seu trabalho pioneiro resultou na criação da Associação Rio-Grandense de Agricultores, como entidade organizativa e representativa dos interesses comuns dos agricultores, como também na implantação de projetos de colonização e de criação de cooperativas de crédito, de produção e de comercialização, como apresenta Rambo(1988):

O padre Theodor Amstad iniciou, em 1902, a criação de mais de 20 cooperativas de economia e crédito rural, de laticínios e banha. As cooperativas de crédito rural recebiam as poupanças de seus associados e as reaplicavam, na forma de empréstimos, para outros associados necessitados, financiando a compra de terra, a construção e a melhoria da habitação, a compra de ferramentas e utensílios para o trabalho e animais de tração. Assim, agricultores familiares, associados daquelas cooperativas, puderam trabalhar com crédito rural, 35 anos antes da criação da carteira de crédito industrial e agrícola do Banco do Brasil, destinada a atender grandes produtores. No entanto, a experiência do crédito rural foi extinta pela legislação bancária, editada em 1964 (RAMBO, 1988, p. 197).

Embora o governo federal tenha iniciado tardiamente seus esforços em prol da agricultura familiar, é interessante observar que, em meados dos anos 1911 a 1913, o governo estadual já manifestava as primeiras intenções para a criação de cooperativas agropecuárias, embora não tenha obtido êxito. Já na década de 1920, as mobilizações

continuaram acontecendo e finalmente surgem as primeiras associações cooperativadas no Estado. Segundo Klingensteiner (1986):

Datam de 1929 a organização de cooperativas vitivinícolas, sendo seguida nas décadas seguintes pelas cooperativas de carne, lã, leite, tritícolas, entre outras. Um ponto comum entre todas estas é a forte dependência do Estado e o atendimento, quase que exclusivo das atividades da porteira pra fora da propriedade, como o transporte, o armazenamento, a industrialização e a comercialização da produção, cumprindo o papel de mediador entre a produção e o mercado. Ou seja, todas as atividades realizadas no interior da propriedade eram de exclusiva responsabilidade do agricultor associado, levando-se em consideração o direito legítimo de sua propriedade. (KLINGENSTEINER, 1986, p. 35)

Sob esta égide e procurando uma solução para organizar de forma mais abrangente o público às novas práticas rurais, em 1955 é criado no estado o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, que em compensação, lança as bases da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR. Esta associação incluiu em sua proposta de trabalho a denominada “organização rural” como estratégia de abrangência de público.

O ano de 1971 será de fundamental importância para a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, com a formação da primeira associação de cunho rural, no município de Estrela, por iniciativa do Engenheiro Agrônomo Peter Klingensteiner, que na ocasião, prestava serviços à Prefeitura Municipal e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município. Analisando os primeiros esforços para a composição desta cooperativa, ROCHE (1969, p.15) assim descreve:

Após verificar que a aquisição de máquinas agrícolas era o fator limitante para que os pequenos e médios produtores locais aumentassem a sua produção, Peter Klingensteiner solicitou ajuda ao Governo Alemão, que em contrapartida sugeriu a criação de uma organização dos próprios produtores a fim de que pudessem receber os recursos. Daí surgiu a Associação para o Desenvolvimento Rural de Estrela (ADERE).

O sucesso dos trabalhos ali realizados chamou a atenção dos técnicos da Secretaria da Agricultura, sendo então determinada uma pesquisa em alguns municípios, visando expandir a implantação deste serviço. Concluída a pesquisa, teve início o Programa APSAT, baseado no modelo ADERE, algo que veremos no capítulo seguinte.

Nos anos seguintes, segundo relatórios da SAA – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, realizados no ano de 1978, percebem-se esforços para a formação de outras APSAT's. Em 1974 são criadas APSAT's nas cidades de

Venâncio Aires, Chapada e Arroio do Tigre e em 1977 nas localidades de Maquiné (município de Osório) e Tupanci (município de São José do Ouro).

Baseando-se nas considerações antes propostas acerca do Associativismo, o próximo capítulo procurará situar a realidade da APSAT Mato Grande e Rondinha a partir da análise de sua formação histórica, seus aspectos organizacionais e questões abordadas pelas pessoas que, gentilmente, contribuíram com as entrevistas.

### 3 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA APSAT MATO GRANDE E RONDINHA

Em 30 de março de 1978, conforme Contrato celebrado entre o Estado, representado pelo Secretário da Agricultura e a EMATER /RS - Associação Sul-riograndense de Empreendimentos da Assistência Técnica e Extensão Rural, a coordenação do Programa APSAT passou a ser de responsabilidade desta última instituição, sendo estabelecidas as obrigações de ambas as partes. Analisando esta conjuntura faz-se possível a seguinte sistematização quanto às instituições e suas respectivas responsabilidades:

Compete à Secretaria da Agricultura:

- 1) Contribuir anualmente com os recursos financeiros orçamentários mediante contrato específico.
- 2) Elaborar através da CEPA (Conselho Estadual de Política Agrícola), em conjunto com a EMATER o plano anual de trabalho.
- 3) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar “in loco” a execução do plano de trabalho a ser executado pela EMATER.
- 4) Ceder técnicos rurais e engenheiros agrônomos para continuar o trabalho e colaborar na ampliação do programa.
- 5) Aprovar anualmente o rol de municípios a serem contemplados com Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSATs).

Compete à EMATER:

- 1) Executar o presente contrato segundo o plano anual de trabalho aprovado pelo Secretário da Agricultura.
- 2) Promover a criação de novas Associações e dar integral apoio técnico para o bom desempenho das atuais novas APSATs.
- 3) Elaborar em conjunto com a Secretaria da Agricultura através da CEPA, Plano Anual de Trabalho.
- 4) Prover as APSATs de técnicos rurais, de acordo com as recomendações do Plano de Trabalho.
- 5) Enquadrar as ações de formação e fomento de APSATs dentro do Projeto para Promoção de Produtores de Baixa Renda em desenvolvimento pela EMATER/RS.
- 6) Apresentar à Secretaria da Agricultura relatório semestral de andamento das atividades em execução. (BICCA, 1979, p. 132)

Constata-se que “até os primeiros anos da década de 1980, as APSAT’s foram criadas e mantiveram-se basicamente com o intuito de promover a incorporação de mecanizações no processo produtivo, sendo que o fomento dado pelo poder público encontrou boa receptividade entre os agricultores familiares”, conforme analisa CALZAVARA (1999, p.23).

Na concepção do Programa para Formação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica da SAA (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento), compreende-se a APSAT como:

[...] uma associação constituída de pequenos agricultores (com propriedades de no máximo, 50 hectares) que se organizam em nível de município, comunidade ou vizinhança para adquirirem, em conjunto, equipamentos agrícolas e assim, poderem mecanizar parte de suas atividades de plantio e colheita. Caracteriza-se como entidade civil, sem fins lucrativos, sem capital social, indivisibilidade do patrimônio, administração eleita e não remunerada, adesão livre e sem responsabilidade civil dos associados pelos negócios da entidade, exceto avais. O associado paga os serviços efetivamente prestados pela associação, sendo o valor hora-máquina aprovado em assembleia geral. (CORREA, A.N; SILVA. F. C., 1984, p. 32).

A APSAT Mato Grande e Rondinha caracteriza-se pela presença de pequenas propriedades individuais que possuem médias de extensão de 5 hectares por produtor, estando todas localizadas geograficamente próximas umas das outras. Um aspecto interessante é que a disposição destas propriedades lembra muito a logística adotada por “condomínios rurais”, embora não o sejam na realidade. Em outras palavras e considerando-se que possuem propriedades em comum de imóveis rurais destinados à exploração da atividade agropecuária, bem como, de bens móveis relacionados a tais atividades, os condôminos são co-proprietários de partes iguais dos imóveis rurais no sistema de condomínios rurais e isso não ocorre nas comunidades do Mato Grande e Rondinha

Não há limitações físicas entre as propriedades entre si senão a construção de uma espécie de escoadouro para drenar as águas das vertentes que desembocam no “barreirão” (nome comum adotado pelos moradores para designar uma área alagadiça onde antes havia extração de barro para produção de tijolos, próxima às propriedades e utilizada para o plantio de arroz). Apenas em frente das propriedades é que são construídas cercas e muros para evitar que os animais saíam para a rua e acabem sendo atropelados, ou até mesmo, por motivos de segurança.

Atualmente, mesmo que de maneira não formal, a comunidade Mato Grande e Rondinha agrega produtores da comunidade vizinha de Arroio das Garças, também pertencente a Canoas.

Assim como ocorre nas demais APSAT’s do Estado do Rio Grande do Sul, a APSAT Mato Grande e Rondinha constituiu-se sob a forma jurídica de sociedade civil, com prazo de duração indeterminado e ano social coincidindo com o ano civil. É uma entidade administrativa e financeiramente autônoma e que não envolve uma

participação direta da EMATER/ RS, a não ser como agente motivador ou mesmo, apoio técnico.

Pode ingressar na Associação qualquer produtor que aceite as disposições do Estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou contrariar os interesses e objetivos da entidade.

A APSAT Mato Grande e Rondinha rege-se por seu Estatuto, Regimento Interno e pelas disposições legais relativas às sociedades civis, sendo que quaisquer alterações no Estatuto precisa ser comunicado à Assistência Técnica Estadual do Programa APSAT, para devida homologação.

A administração e a fiscalização são exercidas respectivamente por uma diretoria e um Conselho Fiscal, composto por associados que receberem o maior número de votos durante eleições realizadas em Assembleia Geral, que é o órgão soberano da Associação.

A diretoria é constituída por três membros, com as funções de Presidente, Vice-Presidente e Secretário. O Conselho Fiscal constituiu-se de três membros efetivos. O associado que não estiver em dia com suas mensalidades, ou mesmo não estiver quite com relação à horas-máquina, não pode votar durante as eleições, nem ser votado. Todas as funções de Diretoria e do Conselho Fiscal são exercidas gratuitamente.

O entrosamento entre os membros da diretoria com os associados, além do espírito associativo e cooperativo no cumprimento de seus encargos com a associação, é considerado elemento fundamental para a eficiência operacional com vistas à obtenção dos objetivos da APSAT Mato Grande e Rondinha, pautados na prestação de serviços.

Os maquinários disponibilizados cumprem papel fundamental neste processo, principalmente pela utilização de um trator, sendo que nos períodos de safra é quando ocorrem os pontos de estrangulamento, ou seja, são épocas em que o trator precisa produzir o máximo e continuamente.

Os serviços de mecanização que a associação Mato Grande presta a seus associados e somente a eles, são cobrados com um preço único, atualmente tarifado em quarenta e cinco reais (R\$ 45,00) a hora-máquina. Neste total, estão embutidos as despesas da associação, um percentual que é destinado para formar reservas para manutenção do patrimônio e uma parte (um terço) destinada para o pagamento do operador.

Conforme informações apuradas em leituras do Livro de Registros de Atas das Assembleias realizadas pela APSAT, consta datada de 05 de maio de 2010 a fixação em

comum acordo do valor antes referido, sem ocorrerem novos apontamentos que indicassem a alteração nas atas posteriores. Isso deixa claro que não são levados em conta critérios básicos para um cálculo técnico de custos totais, parecendo ter como referência principal o preço cobrado por prestadores autônomos dos mesmos serviços na região.

Os sócios são atendidos segundo a ordem de pedido realizada junto ao Presidente da Associação. No caso de haver mais de um associado em espera, é feito um rateio das horas-máquina. Porém, devido a grande diminuição do número de associados, esta situação quase nunca ocorre. Como a Associação não possui uma sede própria, o trator da APSAT fica estacionado na garagem de um dos associados que eventualmente, realiza trabalhos como operador.

Algumas ocasiões em que o trator acabou estragando durante a sua utilização, a Associação conseguiu que o reparo fosse feito por mecânicos da própria prefeitura, o que significou economia com mão de obra, ainda que os associados tenham tido que arcar com os custos das peças trocadas. Todas as vezes que são realizados concertos, ou mesmo, compra de materiais destinados à manutenção mecânica, se toma o cuidado de que isso seja notificado em documentos fiscais, os quais são enviados para a Contabilidade e devem constar na Prestação de Contas Mensal.

A receita gerada com a política adotada de preços e a quantidade de horas de serviços prestados, é suficiente apenas para custear o operador e os custos diretos das máquinas e sua conservação.

Sempre que se faz necessário, os associados da APSAT Mato Grande e Rondinha recebem assistência técnica por parte dos técnicos da EMATER seja no que diz respeito ao apoio gerencial, orientações técnicas, ou mesmo esclarecimentos acerca de formas de acesso a financiamentos.

No entanto, durante entrevista com um dos associados, apurou-se que inicialmente a assistência técnica procedia mais da parte da prefeitura, uma vez que:

*“No início havia um técnico chamado Amarildo que, apesar de quase não ter conhecimento sobre as práticas da APSAT, sempre se mostrou muito interessado pelas atividades desenvolvidas. Uma outra pessoa que respondia pelo apoio técnico nesta mesma época, conhecido por todos como “Brasil”, tinha formação específica em Medicina Veterinária e também era responsável pelos acompanhamentos, embora seus conhecimentos não tenham representado muita valia para os produtores associados” (Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).*

A Prefeitura Municipal, na medida do possível, sempre representou uma importante aliada da APSAT Mato Grande e Rondinha, seja com ajudas materiais, apoio político e financeiro, incentivos a novos planos e acesso a financiamentos.

Todavia, se existem obstáculos para instalar uma APSAT e para seu impulso inicial, podem surgir posteriormente dificuldades, talvez ainda maiores para administrá-la e mantê-la fiel aos princípios que a regem e aos objetivos a que se destinam. Esse é um aspecto que também foi perceptível na fala do presidente atual da Associação:

*“Às vezes, a passividade de alguns dos associados chega a se traduzir em inoperância ativa dos mesmos. Então, ocorre um dos principais problemas enfrentados pelas APSAT's atualmente que é a sua despersonalização, o desprendimento de suas bases locais e a desorganização, cedendo espaço para ações individuais de associados que acaba fazendo prevalecerem objetivos isolados em prejuízo de interesses coletivos” (Luis Vanderlei Schein, técnico em química, produtor familiar rural e atual presidente da APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).*

Isso exige que a equipe encarregada pela Direção seja sensível a estas modificações, propondo permanentemente discussões e adequações, segundo as mudanças de objetivos e interesses dos associados, a partir das necessidades sentidas em suas propriedades e na comunidade.

### **3.1 BREVE HISTÓRICO E A FORMAÇÃO DA APSAT MATO GRANDE E RONDINHA**

A APSAT Mato Grande e Rondinha começou a funcionar oficialmente em 1988, apesar de os esforços iniciais já existirem antes disso. Na fala de algumas das pessoas entrevistadas foi possível perceber que, ainda na década de 1930, quando chegaram os primeiros moradores à comunidade, muitos advinham de áreas do Estado onde o modo de vida familiar baseava-se principalmente na agricultura.

A região, ainda pouco habitada, era coberta por mata nativa e algumas áreas de descampado, onde fixaram-se as primeiras famílias. Era preciso abrir caminhos, construir casas e uma infraestrutura inicial básica à sobrevivência dos primeiros

habitantes. Logo, a própria comunidade seria a responsável pelos primeiros movimentos nesse sentido adotando a prática da formação de “pixuruns”.

Os “pixuruns” baseavam-se em ajuda mútua prestada voluntariamente e num sistema de rodízio, sem hierarquizações. Ou seja, como não havia mão-de-obra suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos de preparo, plantio e colheita, os próprios agricultores se organizavam coletivamente e estabeleciam uma escala de atendimento, de acordo com as necessidades dos próprios produtores envolvidos neste movimento. Nas datas pré-estabelecidas, todos os agricultores iam até a propriedade determinada e, ali, realizavam as atividades necessárias para o bom andamento das safras agrícolas. Ao serem questionados sobre esta época, fica perceptível na fala de alguns associados mais antigos, certo saudosismo, sendo comuns as lembranças de fatos ocorridos durante estas mobilizações comunitárias, a exemplo do que segue:

*“Como nossa casa ficava no meio do caminho entre as propriedades, o pessoal se reunia aqui em casa e depois, a gente ia até a casa da família que tinha sido escolhida. Todo mundo ajudava, até as crianças: os maiores ficavam cuidando dos menores. A mulherada que não ia pra roça, ficava em casa preparando o almoço e zelando as crianças. De meio dia, todo mundo se reunia e a gente almoçava, sentados em umas mesas grandes que as famílias já deixavam montadas debaixo das sombras do arvoredo. No almoço mesmo a gente já combinava pra onde ia ir na próxima vez.” (Enilda Maria Finkler Beretta, viúva de um dos fundadores da APSAT Mato Grande e Rondinha, produtora rural aposentada, 2013).*

Ainda falando dos pixuruns, percebe-se que esta prática era mais usual em tempos passados e que a pressa dos dias atuais, praticamente impossibilita o retorno da mesma, conforme a fala de outro entrevistado:

*“Antigamente, todo mundo se conhecia, a maioria era parente de outro morador da comunidade. Então, quando a gente se reunia, já sabia quem eram as famílias que estavam passando por dificuldades e que precisavam ser atendidas antes. Hoje em dia, muitas vezes a gente só conhece o vizinho porque passa na rua e cumprimenta. É difícil a gente sair até pra se visitar porque sabe que sempre estão na correria do dia a dia e não quer atrapalhar” (Olímpio Pereira Garcia, um dos antigos presidentes da APSAT Mato Grande e Rondinha, produtor rural aposentado, 2013).*

No entanto, a prática dos *pixuruns* influenciou decisivamente na construção das primeiras moradias, as primeiras áreas cultivadas e a primeira igreja dos então, povoados Mato Grande e Rondinha. Portanto, a adoção do Programa APSAT, no que se refere a sua característica de pensar formas práticas para o desenvolvimento de ações

coletivas não representou grande novidade para as pessoas da comunidade, que já procediam informalmente com esta prática.

Concordando com isso, Correa (1984, p.36) afirma que “geralmente os grupos informais são germens de organizações mais estruturadas como os clubes, as pequenas associações, estas de caráter mais formal, mas que ao mesmo tempo, permitem uma organização mais racional e uma atuação mais sistematizada”.

Organizados formalmente sob os moldes de Associação, os produtores das comunidades Mato Grande e Rondinha ganharam mais força para fazer reivindicações junto a órgãos públicos e entidades privadas para conseguirem melhorias em suas estradas, acesso ao crédito bancário, assistência técnica, participação em cursos e treinamentos, entre outros.

Através de suas diretorias, os associados ganharam representatividade junto aos órgãos competentes para solicitar melhorias no acesso as suas propriedades com melhorias nas qualidades das estradas e de iluminação pública. Embora tenha sido analisado individualmente cada caso, o fato de estarem reunidos em Associação fez com que vários produtores tivessem mais acesso aos créditos agrícolas oferecidos pelo governo federal (como o PRONAF), já que isso se traduzia na intenção de dar continuidade à prática da agricultura familiar. As solicitações de assistência técnica por parte da Emater passaram a ser mais prontamente atendida, inclusive na viabilização de cursos de treinamento e trocas de experiências com outras APSAT's.

Todo este novo horizonte que começava a ser vislumbrado se traduziu no estabelecimento de novas metas para a APSAT Mato Grande e Rondinha. Passou-se a se pensar na compra de um terreno para a construção de uma sede própria, a compra de uma câmara fria coletiva, a construção de poços artesianos voltados para a irrigação da produção e a compra coletiva de insumos agrícolas. Sobre isso, um dos entrevistados afirma que:

*“Todo mundo estava empolgado com a Associação, acreditava que seu futuro continuaria sendo próspero. Então, nos reunimos e promovemos algumas festas e jogos na comunidade pra conseguir fundos para a compra do terreno. Chegamos a ter cerca de 35 mil reais em caixa com este objetivo. Na época, quem presidia era o Seu Olímpio Pereira Garcia e todo mundo estava crente que íamos conseguir. Porém, a residência do Seu Olímpio foi assaltada e levaram todo o dinheiro. Foi chamada a polícia, mas nunca mais soubemos do dinheiro. Isso meio que desestimulou o pessoal e nunca mais se cogitou a ideia da construção de nossa sede própria, já que se percebeu que era mais em conta alugarmos outros espaços pra realização das reuniões. Vez ou outra, ainda se fala da compra das câmaras frias para depositar os produtos, mas os altos preços e a falta de um lugar para deixar elas são*

*maiores, não havendo muitas insistências neste assunto”*(Gilberto Beretta, produtor rural e ex-integrante de outras diretorias da APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).

Os principais insumos agrícolas comprados pela APSAT Mato Grande e Rondinha eram calcário (destinado à regulação da acidez do solo) e adubos orgânicos, já que em princípio, as sementes eram conseguidas pelos próprios produtores através de práticas antigas aprendidas ainda com os antepassados. Eram as chamadas “sementes crioulas”. Nas palavras de um dos entrevistados, estas sementes eram conseguidas da seguinte forma:

*“A gente fazia a colheita e já separava aquele legume mais bonito para pôr secar ao sol. Por exemplo, o tomate mais viçoso, já ficava separado. Daí, ele era colocado em cima de um pano e deixado ao sol. Quando ele apodrecia, ficavam só as sementes, que a gente tornava a plantar e a fazer a mesma coisa depois. A gente tinha tomate o ano inteiro desse jeito”* (Olimpio Pereira Garcia, um dos antigos presidentes da APSAT Mato Grande e Rondinha, produtor rural aposentado, 2013).

Segundo apurado entre os entrevistados, os recursos governamentais recebidos pela APSAT não contemplavam o transporte, nem da produção, nem dos insumos, ficando esta parte por conta da própria associação. Sendo assim, as toneladas de insumos eram compradas coletivamente e transportadas até a comunidade, ficando a responsabilidade da retirada para cada sócio que havia solicitado.

*“Às vezes, os associados necessitavam de maior quantidade que aquela que tinham solicitado. Então, recorriam ao Presidente da Associação para que lhes ajudasse a resolver esta questão. Em contato com a diretoria, eram feitos levantamentos das pessoas que havia feito a solicitação e se procurava entre elas, aquelas que poderiam ceder partes de sua remessa em benefício deste associado, com a garantia de que seria contemplado da mesma forma quando lhe fosse necessário semelhante transação. Todo mundo cooperava e a Associação nunca houveram problemas significativos em relação a isso”*(Gilberto Beretta, produtor rural e ex-integrante de outras diretorias da APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).

Uma das recomendações que foram feitas pelo técnico da Emater é de que a adubação orgânica (esterco desidratado) fosse substituída, experimentalmente, por cascas de acácia negra, ficando ele mesmo encarregado em conseguir um carregamento num primeiro momento. Após procederem conforme a orientação, os produtores perceberam muitas mudanças positivas na produtividade. No entanto, ao solicitarem nova remessa do produto, depararam com valores muito elevados e muita burocracia em

conseguir licença ambiental para tal prática, o que significou o retorno para a antiga forma de adubação, conforme nos relata um dos entrevistados:

*“O técnico da EMATER que prestava assistência aqui pra nós era conhecido de um dos donos da Tanac (se referindo à Tanac SA, empresa produtora de extratos tanantes vegetais para a indústria coureira, floculantes/coagulantes e auxiliares de floculação para tratamento de águas de abastecimento e de efluentes, entre outros, localizada na cidade de Montenegro, Região Metropolitana de Porto Alegre). Foi através dele que a gente conseguiu esse carregamento de cascas de acácia negra. Percebemos que realmente, as plantas vingavam mais viçosas, bonitas e a higienização era mais rápida. Porém, quando questionamos se seria possível nos conseguir mais deste material, o técnico nos disse que se tratava de uma ocasião incomum, que há muito tempo a empresa vinha o armazenando já que não era utilizado em nenhum dos produtos lá produzidos. Para limpar o depósito era preciso descartá-lo de uma forma ecologicamente correta, e como ele conhecia os meios para que isso acontecesse sem danos ao meio ambiente, foi uma alternativa válida, porém, praticamente impossível de voltar a acontecer, ao menos em curto prazo. Além disso, nos falou de todo o controle rígido que o IBAMA costuma fazer para então liberar cargas desta natureza, o que traduzido em custo-benefício, não nos pareceu rentável. Então, voltamos para a antiga adubação orgânica que utilizávamos, inclusive com os mesmos fornecedores”*(Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha desde a sua fundação).

A ocorrência de longos períodos de estiagem foi outro desafio que começou a representar um entrave à produção agrícola local. A APSAT, utilizando-se de recursos próprios e auxílio por parte da Prefeitura, estimulou a criação de açudes entre seus associados, cujo abastecimento contínuo se dava com água advinda dos poços artesianos. Desta forma, estes reservatórios estratégicos possibilitaram também que a água fosse tratada, retirando-lhe o excesso de sais minerais contidos.

Em meados da década de 1990, a APSAT alcançou os melhores períodos desde sua organização. Foram conseguidos fundos junto a Prefeitura que se reverteram na compra de mais dois tratores e alguns utensílios, como: uma enxada rotativa encanteiradora, um arado e um disco (utilizado para abrir seixos no solo de forma que permitisse a aeração do mesmo) e um subsolador. A necessidade deste último item se traduz no fato de que o solo da região do Mato Grande é extremamente arenoso e, portanto, passível de profunda compactação, formando uma espécie de crosta com média de 50 centímetros de espessura.

Em outras palavras pode-se afirmar que, em solos compactados, o desenvolvimento radicular das plantas (neste caso específico, das hortaliças que são produzidas na comunidade) fica prejudicado por não conseguir absorver adequadamente os nutrientes disponíveis. Desta forma, é necessária a intervenção do produtor, que

utilizando-se de instrumentos adequados, perfura e revira o solo, permitindo sua aeração.

Embora essa prática já fizesse parte do cotidiano dos produtores em anos anteriores à formação da APSAT, era realizada de forma praticamente braçal, com a ajuda de tração animal. A aquisição de tratores e maquinários específicos trouxe um significativo ganho de tempo neste processo, fato que é apontado durante algumas entrevistas como um dos pontos positivos da formação da Associação.

Analisando o desenvolvimento histórico da APSAT Mato Grande e Rondinha, um fato importante constatado ainda em meados da década de 1990 é que, muitas vezes, esta associação foi utilizada como modelo referencial do programa no contexto estadual, sobretudo, em função da prosperidade que aos poucos, conseguiam conquistar no mercado regional.

Por vezes, os associados receberam em suas propriedades pessoas interessadas em compreender o sistema produtivo do qual faziam parte, compreendendo-se aqui estudantes do curso de Agronomia, pessoas ligadas a outras APSAT's, estudantes de escolas municipais, representantes do governo estadual, entre outros. Em uma destas ocasiões, os produtores receberam, inclusive, a visita de estudantes alemães que também procuravam no sul brasileiro modelos de associativismos que vinham apresentando real eficácia na época. É importante ressaltar que a EMATER foi o órgão responsável em realizar ou mesmo, viabiliza, grande parte das mediações destes encontros.

Conforme observado durante a realização das entrevistas, a substituição das sementes crioulas por outras geneticamente modificadas e em ascensão no sistema agrário, prometendo aumentos de produtividade, foi uma das ações instruídas pelos técnicos da EMATER que provocaram significativo impacto na organização da APSAT Mato Grande e Rondinha devido à resistência por parte de alguns produtores. Lembrando desta fase, uma das associadas relata que:

*“Quando a EMATER veio procurar a gente, trazendo umas amostras de sementes e falando que seria bem maior a nossa produtividade, eu não acreditei. As sementes pareciam com as nossas, só que eram um pouco mais brilhantes. Meus avós, meus pais, viveram da agricultura a vida inteira, plantando e colhendo eles mesmos as sementes pra dar continuidade à agricultura nas suas terras. Sempre tínhamos verduras fresquinhas em casa, colhidas na hora, o ano todo! Nunca foi preciso que meus avós ou então meus pais comprassem adubo em pacote, nem fertilizante, nem agrotóxico. Eles usavam os restos de alimentos, as cascas de ovos, o esterco das galinhas e dos porcos. Tudo sempre produzia como tinha de ser. Eu via todo mundo acreditando naquelas sementes, mas eu tinha meu pé atrás... sabia que muitas coisas estavam pra acontecer daquele momento em diante e me parece que eu estava certa! Hoje em dia, ninguém mais deixa a terra*

*descansar, dá um tempo pra ela se recuperar. O negócio é produzir mais e mais, com mais tecnologia, mais agrotóxicos, mais fertilizantes, mais coisas artificiais”* (Enilda Maria Finkler Beretta, viúva de um dos fundadores da APSAT Mato Grande e Rondinha, produtora rural aposentada, 2013).

Porém, depois de apresentadas boas experiências, outros associados, acabaram aderindo a essa nova tecnologia produtiva, que se destacava por agregar valor ao cultivo.

A modernização agrícola direcionou-se por dois caminhos principais: o aumento da produtividade da mão-de-obra, obtido fundamentalmente com o uso de tecnologias mecânicas e o aumento da produtividade da terra, principalmente através do emprego de inovações biológico-químicas e métodos de produção aprimorados. Subentende-se aqui a inclusão de sementes e mudas mais produtivas, fertilizantes, defensivos e corretivos, além de novos métodos de preparo do solo, plantio e cultivo.

De acordo com as entrevistas realizadas, a expansão das atividades dos produtores também se traduziu em maior demanda por mudas de legumes e hortaliças. Inicialmente, elas eram conseguidas com um fornecedor da cidade de Santa Cruz, localizada a 125 quilômetros de Canoas. Todavia, essa distância geográfica se traduzia em muito gasto com transporte, já que as mudas eram entregues diretamente à CEASA / RS em Porto Alegre, devendo os produtores ir até lá para efetuar a retirada. Agravantes como a incredibilidade e os constantes atrasos na entrega dos produtos durante as negociações fizeram com que a Associação procurasse por fornecedores mais próximos. Segundo um dos associados, apurou-se que:

*“Todos os problemas que enfrentamos com este fornecedor de Santa Cruz fez com que a gente procurasse outro, mais perto. Daí, todo mundo passou a negociar com um fornecedor localizado em Campo Bom que além de se localizar a apenas 40 quilômetros de Canoas, ainda é bem zeloso com a qualidade das mudas e realiza as entregas diretamente nas propriedades, facilitando nossas vidas”*(Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha desde a sua fundação).

Interessante também é ver a expansão das porções das propriedades que passaram a ser destinadas para o cultivo de espécies de temperos verdes, especialmente a salsa e a cebolinha. No início dos anos 1990, estas espécies só eram cultivadas em pequenas faixas de terra, onde não haveria condições para o plantio de outras espécies. No entanto, atualmente há proprietários cujas produções se constituem quase que cinquenta por cento na comercialização e cultivo destas espécies, devido a crescente demanda que vem apresentando.

Nos dias atuais, as principais espécies cultivadas nas propriedades da APSAT Mato Grande e Rondinha são: couve, chicória, rúcula, espinafre, alface, beterraba, tomate, pimentão, tempero verde. Algumas cultivam aipim, mas ainda em fase experimental.

Cada produtor é responsável pela colheita, transporte e comercialização de seus produtos, sendo que o principal destino ainda continua sendo a CEASA / RS (Central Estadual de Abastecimento), localizada no bairro Anchieta em Porto Alegre. Às vezes, dois ou mais produtores se reúnem para alugar um caminhão para fazer a entrega dos produtos.

De acordo com informações obtidas durante a realização das entrevistas, por sugestão de alguns associados, a APSAT chegou a cogitar a hipótese de juntar esforços em prol da compra de um caminhão para ser utilizado no transporte. Porém, não houve sucesso na continuidade deste intento.

Segundo exigências feitas pela CEASA / RS, respaldada em decretos e portarias do Ministério da Agricultura, o transporte de produtos de origem hortigranjeira devem ser realizados somente em caminhões com carrocerias do tipo baú, já que a esse tipo baú oferece proteção aos alimentos, mantendo os intactos diante a ação do sol e poeira, agentes que depreciam o seu valor. Além disso, as embalagens deverão ser padronizadas de acordo com o tipo e forma do produto, obedecidas as dimensões internas e externas, conforme portarias do Ministério da Agricultura, ou Atos Normativos baixados pela Diretoria da CEASA/RS.

A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Para disponibilizar seus produtos na CEASA / RS, o produtor precisa estar atento a todas as regras para transporte, armazenamento e comercialização que são praticados. As normatizações técnicas dentre muitas aplicações, estabelece que os alimentos, vendidos unitariamente ou mesmo, em quilo, devem ser apresentados devidamente higienizados, separados e condicionados.

As folhosas (couve, chicória, rúcula, espinafre, tempero verde), mais as hortaliças (neste caso específico, a beterraba), quando comercializadas com suas folhas, são condicionadas nas embalagens de atacado, segundo padrões da Secretaria Estadual de Agricultura.

A ideia da utilização de caixas de madeira para o transporte de hortigranjeiros tornou-se reconhecidamente, uma das maiores causas de perdas de produtos já que os atacadistas reembalam o produto para atender as exigências do cliente e retirar os produtos danificados, em um grande número de vezes, pela embalagem, desobedecendo à uma das leis mais importantes da pós-colheita: evitar o manuseio.

Sendo assim, foram desenvolvidas caixas plásticas que permitem serem encaixadas umas as outras, facilitando acondicionamentos e menor utilização de espaço físico, com a vantagem de que podem ser higienizadas e reutilizadas, dada sua durabilidade.

Na APSAT Mato Grande e Rondinha estas caixas de plástico recebem um envelopamento plástico antes de condicionar os produtos hortigranjeiros. Após a sua utilização, retira-se o invólucro da caixa, faz-se a higienização e sua devida estocagem.

No entanto, é importante ressaltar que, para proceder entregas na CEASA / RS, cada produtor precisa estar devidamente registrado enquanto pessoa física sendo que o recadastramento é obrigatório a cada seis meses. Essas entregas são realizadas semanalmente, principalmente em segundas, terças, quintas e sextas-feiras, quando há maior procura por parte dos consumidores. Ao chegar à CEASA, os produtos passam pela inspeção sanitária para somente depois serem depositados nas câmaras frias.

As câmaras frias são criteriosamente separadas por tipo de produção e custam para o produtor uma diária que varia entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00 (dez e quinze reais) para sua utilização. Após registrar o depósito de seus hortigranjeiros, o funcionário responsável por zelar pela organização das caixas dentro da câmara fria encaminha o produtor até o escritório da administração onde ele deve realizar o pagamento.

É importante lembrar que nem todos os associados fornecem seus produtos exclusivamente à CEASA / RS. Alguns, preferem fazer entregas para comerciantes de mini-mercados da região, ou mesmo, realizam vendas diretas em suas propriedades.

Isso se justifica pelo alto custo no transporte, ou mesmo, por não terem condições financeiras de manter todas as exigências de padronização que são feitos pela CEASA/RS. Além disso, os altos índices de burocratização em conseguir vagas neste

centro distribuidor são tão elevados que não representam lucratividade para pequenos produtores, como relata um dos entrevistados:

*“Minha família e a família de meu filho sobrevive do que conseguimos produzir neste lugar. Esta propriedade não é nossa, ela é alugada e pagamos mensalmente por ela dois salários mínimos. O que nos resta, mal dá pra nos sustentarmos no dia a dia. Nem que eu quisesse, a gente conseguiria vender meus produtos na CEASA, mesmo porque todos os temperinhos que produzimos, não seriam suficientes pra manter as remessas semanais que são exigidas pra ingressar lá. Então, a gente se vira como pode. Vende pro mercadinho ali da esquina, pra alguns restaurantes aqui por perto, porque eles mesmos vem buscar aqui na propriedade e não temos o custo do transporte pelo menos”*(Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha desde a sua fundação).

Apenas um dos produtores está cadastrado no Programa da Merenda Escolar mantido pelo governo municipal de Canoas, uma vez que sua propriedade apresenta todos os requisitos exigidos pela Secretaria Municipal de Agricultura em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O produtor recebe um cronograma de Escolas que devem ser contempladas com os hortigranjeiros, ficando ele próprio responsável por fazer as entregas nas datas e horários pré-estabelecidos. Esporadicamente, uma nutricionista acompanha o recebimento destes hortigranjeiros e faz a averiguação da qualidade. O pagamento deste produtor é feito semanalmente pela Secretaria de Educação do Município. Falando sobre esta questão da Merenda Escolar, um dos entrevistados faz o seguinte comentário:

*“Na verdade, todo o governo que assume cria um nome bonito pra um programa que há tempos já existe. Aí, ao invés de eles facilitarem e ampliarem para que mais produtores sejam contemplados, o que acontece é a duplicação das exigências e burocracias, o que desestimula novos ingressos. Outra questão negativa é que sempre são pedidos os mesmos produtos agrícolas, geralmente tubérculos. Aqui, nós até produzimos alguma coisa, mas poucos produtores tem sua produção em escala capaz de manter a oferta contínua e ininterrupta”* (Luis Vanderlei Schein, técnico em química, produtor familiar rural e atual presidente da APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).

Fica evidente na fala deste produtor o descontentamento causado pela descontinuidade das políticas públicas de auxílio à agricultura familiar, bem como o descompasso que estes esforços apresentam com relação ao atendimento as reais necessidades das famílias dos pequenos produtores canoenses.

### **3.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA APSAT MATO GRANDE E RONDINHA**

Apesar das intenções iniciais dos associados em constituírem uma sede própria para a Associação, essa ideia nunca se concretizou, seja pela falta de recursos, seja pelo escasseamento de associados que se verificou com o passar dos anos.

Os encontros mensais da Associação realizavam-se inicialmente em um espaço cedido pela Prefeitura Municipal em uma Escola da região. Todavia, passaram a ser realizadas na Igreja Santa Rita de Cássia, também localizada na comunidade. Hoje em dia, a APSAT Mato Grande e Rondinha contribui com uma ajuda de custo para a manutenção do espaço que foi cedido pela igreja.

Como disposto em Assembleia Geral, cada associado paga uma mensalidade que varia entre R\$ 10,00 e R\$ 25,00 (dez e vinte e cinco reais) de acordo com o tamanho e produtividade de sua propriedade. Quando um dos sócios se encontra em dificuldades, a APSAT cede a ele uma espécie de licença que o isenta de pagamento por um determinado tempo, sendo que quando retorna, continua desfrutando dos mesmos serviços e vantagens anteriores e retorna ao pagamento normalmente.

De acordo com leituras e análises realizadas no Livro de Registro de Atas das Reuniões realizadas pela APSAT Mato Grande e Rondinha, convencionou-se em Assembleia Geral também que, o produtor que se encontrar em atraso no pagamento de suas mensalidades, sem demonstrar interesse em justificar o fato para os membros da diretoria, perde o direito ao voto nas decisões da Associação até que a situação seja devidamente resolvida. Também estipulou-se que, quando o atraso de pagamento de serviços realizados em sua propriedade ultrapassar ao limite de 10 horas-máquina, fica o produtor impedido de realizar novas solicitações à APSAT, devendo procurar quitar suas dívidas para voltar a usufruir dos serviços.

O presidente da APSAT Mato Grande e Rondinha, assim como os demais membros da diretoria não recebem remuneração pelas funções que exercem. Sendo assim, convencionou-se que o atendimento aos sócios é obrigatório apenas em horários comerciais, seja este prestado por telefone ou pessoalmente.

Segundo informações coletadas em entrevista com o Presidente da Associação, as reuniões são realizadas todas as primeiras quartas-feiras do mês (excetuando-se os meses de janeiro e fevereiro) e tem duração aproximada de 90 minutos. As pautas de

discussão são organizadas e explanadas pelos membros da diretoria, observando-se sempre que haja espaços para participação dos associados, ou mesmo, anexação de assuntos pertinentes manifestados durante a oportunidade do encontro. Ainda, de acordo com o Presidente da Associação, Luis Schein, *“tudo o que é discutido e explanado é devidamente registrado em Ata, redigida pelo secretário da Associação, que posteriormente é lida em voz alta e uma vez aprovada, recebe a assinatura de todos os associados presentes”*.

Atualmente, a APSAT Mato Grande possui aproximadamente 30 associados, mas segundo informações colhidas com o presidente, as participações das reuniões registram a assiduidade média de 20 deles. Quando é feito o desligamento de um associado e este se arrepende, demonstrando interesse em voltar, lhe é cobrada uma multa (uma joia), sendo que seu regresso fica condicionado à análise dos membros da diretoria e a inexistência de indisposições dos demais associados. Além disso, seu histórico de participações nas atividades promovidas pela APSAT Mato Grande e Rondinha também são levados em consideração.

Uma vez que a pauta da reunião envolva assuntos polêmicos, solicita-se previamente a presença de um representante da Emater para ajudar nas mediações e explicações necessárias. Durante conversas informais com alguns dos associados e em entrevistas, apurou-se que, certa vez, um dos presidentes da APSAT não aceitava o fato de não ter sido reeleito para o cargo e recusava-se a entregar a direção para a outra pessoa que havia sido escolhida para o cargo através de eleições. Então, se fez necessário que o presidente estadual das APSAT's no Rio Grande do Sul fosse convidado a intervir no caso em uma das reuniões realizadas, auxiliando a resolver a situação.

De acordo com relatos do presidente da Associação, a contabilidade da APSAT Mato Grande e Rondinha é terceirizada e realiza-se mensalmente para a manutenção do CNPJ da Associação, bem como dos dados atualizados. Esta prestação de contas cumpre funções sociais e é acompanhada de perto pela Receita Estadual através de registros em Atas.

Sendo assim, é possível compreender que, embora as comunidades de Mato Grande e Rondinha tenham em suas constituições históricas vários exemplos de mobilizações de seus moradores, ainda que de forma informal, estas manifestações só se traduziram em entidade jurídica após a adoção do Programa Estadual APSAT – (Associações para Prestação de Serviços e Assistência Técnica), viabilizado através de

instruções e de formações realizadas pelos técnicos extensionistas da EMATER/RS com os pequenos produtores familiares das localidades onde se realizou o estudo.

Ciente das dificuldades dos pequenos produtores rurais em incorporar novas tecnologias e maquinários em seu sistema produtivo, sobretudo em função dos gastos com investimentos que isso representaria, a APSAT Mato Grande e Rondinha surgirá como uma alternativa, uma entidade civil sem fins lucrativos dedicada basicamente a mediar o acesso de todos os associados à serviços realizados com o trator da Associação (cedido pela Prefeitura Municipal de Canoas), zelando pela geração de receitas advindas do pagamento das horas-máquina e sua ideal administração para a continuidade das ações da entidade.

Neste sentido, é importante lembrar que a eficiência operacional da APSAT Mato Grande e Rondinha encontra-se diretamente ligada à gestão adequada de suas diretorias e ao nível de engajamento que seus sócios apresentam com as atividades realizadas pela associação.

As únicas fontes de receita da APSAT Mato Grande e Rondinha estão diretamente condicionadas aos recebimentos das mensalidades dos associados e ao pagamento das horas-máquina que estes recebem em suas propriedades.

Para melhor compreender as implicações práticas destes aspectos, o capítulo subsequente propõe uma análise de como se deu o processo de incorporação e assimilação desta Associação de Prestação de Serviços e Apoio Técnico junto às comunidades de Mato Grande e Rondinha ao longo de sua história, baseando-se em depoimentos de alguns produtores que foram entrevistados, pesquisas em fontes bibliográficas diversas e leituras de documentos, gentilmente cedidos pelo atual presidente da Associação.

## **4 A AGRICULTURA FAMILIAR E A APSAT EM MATO GRANDE E RONDINHA: CONVERGÊNCIAS E RESULTADOS**

Até o advento da APSAT Mato Grande e Rondinha, praticamente todas as operações, do plantio à colheita, eram realizadas com tração animal. Os produtos tradicionais eram vendidos, via de regra, para intermediários. O incremento de novas técnicas para a produção de hortaliças abriu novas possibilidades de buscar novos caminhos de comercialização. Neste sentido, o crescimento da produção de hortigranjeiros é atribuído, além do mercado favorável, à criação da associação que, através da mecanização dos minifúndios, favoreceu a mudança do sistema de produção e possibilitou a ampliação e a qualificação das áreas plantadas.

Em alguns momentos, houve a preocupação da EMATER em estimular a participação dos associados em atividades que envolvessem trocas de experiências da APSAT Mato Grande e Rondinha, seja com demais instituições, seja com outras APSAT's. Visava-se com estes encontros a apresentação e a discussão de diferentes problemas de funcionamento das Associações e dificuldades enfrentadas pelos agricultores no desenvolvimento de suas atividades.

Apesar de apontadas como metodologias bem interessantes de aprendizagem, apurou-se durante as entrevistas que estas práticas deixaram de existir na atualidade, fato que é lamentado dado o retorno que traziam no que se refere ao aspecto motivacional para que os agricultores se sentissem estimulados a persistir na prática agrícola.

As inovações tecnológicas promovidas pela Associação tiveram impacto imediato sobre a produtividade do trabalho. Considerando-se que a lavração de um hectare de terra requer em média o trabalho de 3 dias/homem, se realizada com tração animal, a mesma tarefa é feita em média em 3 horas/homem/trator. Esse dado pode ser um simples indicador do poder de liberação do trabalho exercido pela mecanização, permitindo ao produtor maior disponibilidade de tempo a ser despendido da forma que lhe convier, ou ainda, para dedicar-se a outras formas de cultivo que lhe possibilitem incremento em seus ganhos financeiros. Essa liberação de trabalho

produzida provocou a incorporação de novas áreas com consequente aumento da produção e diversificação dos cultivos.

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o aumento da produtividade do trabalho e dos cultivos teve reflexos na geração de renda em suas propriedades.

*“Nunca tivemos condições de adquirir um trator próprio pra realizar nossas atividades. Então, era preciso estar conversando com vizinhos, solicitando serviços de terceiros para realizar principalmente a lavração da terra, ou em último caso, cangar os bois e fazer isso a gente mesmo, o que demorava muito tempo e nem sempre, ficava bem feito. O trator deixa o serviço da gente mais leve e mais rápido”*(Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha desde a sua fundação).

Ainda de acordo com este mesmo entrevistado, um resultado importante atribuído a Associação, embora o trabalho não fosse tão expressivo em termos de participação, foi a mudança de comportamento dos produtores que começaram a se reunir para discutir os problemas, tanto os da associação, quanto os das propriedades. Em outras palavras, pode-se afirmar que a associação proporcionou aos agricultores conhecimentos de administração de suas propriedades, de seus equipamentos e oportunidades de participar da associação, saber dos problemas e decidir as soluções. Isso se traduz como um importante ganho.

Nos últimos anos tem diminuído o número de horas de serviços prestados pela APSAT. No entanto, alguns produtores continuam enxergando nela a possibilidade de os pequenos produtores que ainda não dispõem de mecanização própria, continuarem sendo atendidos pela Associação. É importante lembrar que na atividade hortícola, o trator tem uso intensivo durante vários meses do ano, conforme citado durante as entrevistas com os associados.

Uma questão que foi colocada pelos entrevistados é que a Associação poderia ter atendido também, além da comercialização e do fornecimento de insumos, maior representação nas formas de negociações coletivas dos produtos. Até lembram que, em certo momento da história da Associação a diretoria negociou com uma empresa uruguaia a venda coletiva de alface, sendo estas enviadas em três carretas frigoríficas para este país, representando muita vantagem para todos os associados. Porém, não houve outros movimentos neste sentido, fato lamentado pelos entrevistados.

*“Quando das vezes em que a Apsat Mato Grande e Rondinha se mobilizou para utilizar-se de sua imagem de Associação para realizar vendas coletivas, foi possível perceber que, mesmo sendo uma negociação demorada, exaustiva, os benefícios gerados traziam um retorno financeiro bem*

*significativo para os produtores. No passado, a comunidade chegou a fornecer 27 toneladas de espinafre para o dono de uma revendedora localizado em Taquara. Em outro momento, foram enviadas 3 carretas frigoríficas carregadas de alface para um comerciante do Uruguai. Em ambos os casos, a Associação foi de fundamental importância e mesmo que hajam justificativas, poucos entendem o fato de não haverem mais esforços de promover novamente este tipo de negociação”*(Gilberto Beretta, produtor rural e ex-integrante de outras diretorias da APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).

Segundo a opinião destes entrevistados, outro aspecto que dificulta a implantação de novos serviços é a inexistência de linhas de financiamento com subsídios para associações, obrigando-as a retirar de sua receita os recursos necessários, o que quase nunca é possível em função do caixa que esta movimentada. No entender deles, programas como PRONAF e o RS RURAL deveriam ser estendidos para as associações de pequenos produtores que estão em dia com suas obrigações legais, as mesmas linhas de crédito subsidiado hoje, destinadas com exclusividade para os agricultores familiares.

*“Como a receita da APSAT Mato Grande e Rondinha depende exclusivamente da manutenção das mensalidades de seus sócios e ganhos advindos das prestações de serviços efetuadas com o trator, faltam recursos para que sejam possíveis o estabelecimento de perspectivas futuras, sobretudo quando se refere a aquisição de novas maquinarias. Seria interessante que, já que se destina a atender pequenos produtores rurais, também fosse destinado à Associação algum tipo de incentivo governamental que custeasse suas despesas existenciais e principalmente, fosse capaz de criar uma reserva de caixa para investimentos futuros, de acordo com as necessidades e aspirações surgidas entre os associados”* (Maria Luiza Pacheco, produtora familiar rural, associada a APSAT Mato Grande e Rondinha)

A criação deste tipo de incentivo governamental com certeza traria muitos aspectos positivos integrados, quiçá até o reavivamento da ideia inicial de construção de uma sede própria para a Associação.

Neste sentido, é importante chamar a atenção para a importância estratégica das políticas públicas que, até o início da década de 1990 eram inexistentes no que se refere a abrangência nacional e ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares.

Viabilizado para atender reivindicações das organizações de trabalhadores rurais que demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para este segmento da agricultura brasileira, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996. O PRONAF representou

significativa vitória para as lutas dos atores sociais rurais, pois foi lhes permitido o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional até então, praticamente inacessíveis aos agricultores familiares, além de reconhecimento público a agricultura familiar enquanto categoria social componente da cadeia produtiva brasileira.

Oferecendo aos pequenos produtores familiares financiamentos com taxas de juros mais baixas, o PRONAF vem evoluindo significativamente nos últimos anos. No entanto, seria interessante se englobasse em suas linhas de créditos algo que fosse voltado especificamente para as associações de prestação de serviços e assistência técnica, o que infelizmente ainda não é realidade nos dias atuais.

#### **4.1 RESULTADOS OBTIDOS PELA APSAT MATO GRANDE E RONDINHA AO LONGO DE SUA HISTÓRIA**

Analisando as falas dos entrevistados, é possível ver a concordância coletiva de que muitos foram os benefícios trazidos a partir da formação da APSAT, dando a entender que a Associação teve êxito no seu empreendimento.

Questionados sobre quais seriam os aspectos positivos da organização da APSAT Mato Grande e Rondinha na vida dos associados, os entrevistados apontam que a realização das reuniões na comunidade e das assembleias para prestação de contas dá a todos os associados a segurança da transparência das atividades que são realizadas pelos membros da diretoria, estabelecendo um clima de confiança recíproca que em muito beneficia para a continuidade da Associação. Além disso, são citados exemplos como o planejamento de atividades, o ambiente democrático para escolha dos novos dirigentes e a tomada de decisões coletivas sobre os demais assuntos de interesse comum do grupo e a constante interação entre os associados e a associação através da prestação e pagamento dos serviços.

Dois dos entrevistados ainda mencionam que, através da assistência técnica da EMATER, a APSAT Mato Grande e Rondinha promoveu encontros, dias de campos com produtores de outras APSAT's, o que fez com que muitos produtores parassem e refletissem sobre o seu próprio empreendimento, sua inserção na comunidade e no

mercado, repensassem formas de otimizar suas formas produtivas que aprimorassem sua participação no mercado.

No entanto, predomina entre os entrevistados a opinião de que, o aumento de produção é o principal resultado positivo alcançado pela Associação, sobretudo em função das horas/máquinas de serviços prestados.

Em contrapartida, questionado sobre as dificuldades enfrentadas na gestão da Associação, o presidente da APSAT Mato Grande e Rondinha relata que: *“a principal delas é manter em dia os pagamentos e obrigações com terceiros, devido à índices de inadimplência dos associados no pagamento das horas/máquina ou mesmo, de suas mensalidades”*.

Nesta perspectiva, fica evidente que a falta de espírito de coletividade torna-se um dos agravantes que vem prejudicando a manutenção da associação, precisando partir das pessoas que hoje constituem a equipe diretiva, as iniciativas na busca de formas para amenizar esta situação, por mais inoperante que tal realidade possa se mostrar. Parece, a primeira vista que a Emater seria um dos parceiros mais indicados para auxiliar neste processo.

*“Nas reuniões ultimamente, os números de sócios que se apresentam tem permanecido praticamente o mesmo, quando não, ainda menores. Isso preocupa a gente porque às vezes são discutidos assuntos importantes e nem todos ficam sabendo. O presidente até procura falar com as pessoas, dizer pra elas que é preciso que todo mundo se una pra manter a Associação, mas fica difícil porque cada dia mais, as pessoas têm vendido suas terras e ido embora pra outros lugares”* (Maria Luiza Pacheco, produtora familiar rural, associada a APSAT Mato Grande e Rondinha)

Apesar das dificuldades, percebe-se na fala dos entrevistados e nas características apresentadas que a Associação Mato Grande e Rondinha é uma associação que tem se esforçado para sincronizar interesses e objetivos através de esforços para mobilização de seus associados, lançando mão de artifícios como reuniões, discussões e manifestações de necessidades, propondo ações coletivas capazes de atender às necessidades comuns.

Conforme dados obtidos durante as entrevistas, a APSAT Mato Grande e Rondinha se constitui por produtores familiares que desenvolvem suas atividades de forma individual e autônoma. Os associados tem em comum a gestão dos serviços e do patrimônio por eles constituído e mantido, mas sob o qual não possuem propriedade, já

que se trata de recursos indivisíveis. Trata-se de uma associação de usuários de serviços, gerida por eles próprios e que suporta o custo do patrimônio.

*“O patrimônio hoje da APSAT Mato Grande e Rondinha se resume a um trator cuja utilização é de fundamental importância para os trabalhos que os associados desenvolvem em suas propriedades. O valor pago pelo operador, os custos que são gerados pelo próprio maquinário, bem como, uma parte que vai para o caixa da Associação já estão embutidos no valor hora/máquina que é pago pelo associado. Esta fonte de renda, mais os valores que são pagos pelas mensalidades, são as únicas fontes de receita de que a APSAT dispõe para suprir os seus gastos operacionais, já que não há nenhum repasse de verba por parte do governo para esse fim. Os gastos excessivos com a previdência social forçaram os associados a abrirem mão de um profissional exclusivo para operar o trator e por isso, hoje em dia, quando não é o próprio produtor quem faz esse serviço, um filho de um de nossos associados é chamado para esta função, mas sem nenhum tipo de vínculo empregatício com a Associação” (Luis Vanderlei Schein, técnico em química, produtor familiar rural e atual presidente da APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).*

A gestão de um empreendimento associativo requer pelo menos o domínio de conhecimentos ou de práticas sobre o que é e como funciona uma associação, quais são os princípios básicos que as rege. Tais conhecimentos não são aprendidos como conteúdos escolares e suas práticas não são comuns no cotidiano dos produtores rurais. Isso denota fundamental importância à orientação e a capacitação dos dirigentes e associados sobre a gestão da associação. Porém, segundo os entrevistados a associação nunca recebeu cursos de capacitação para seus dirigentes e associados sobre administração da entidade ou mesmo, sobre as atribuições estatutárias. Os técnicos apenas repassavam, em linhas gerais, fórmulas e considerações para a determinação do valor do custo das horas/máquina.

*“Nos tempos em que eu fazia parte da direção, era comum que, de tempo em tempo, fossem feitos encontros entre o técnico da EMATER e as pessoas da direção. Aí, eles conversavam, pediam informações do andamento pra nós, se não era necessário nenhuma intervenção da parte deles. Depois, um deles tentava explicar pra gente como calcular o preço da hora/máquina do trator. Mas o jeito que eles faziam os cálculos, era diferente, consideravam coisas que não eram comuns pra gente aqui do Mato Grande e da Rondinha. Daí, como tinha um homem que trabalhava de prestar serviço com um trator aqui pro pessoal e que cobrava um preço que era pouca coisa maior que o resultado dos cálculos dos técnicos, a gente resolveu que ia cobrar o mesmo que ele pra resolver esta situação” (Olímpio Pereira Garcia, um dos antigos presidentes da APSAT Mato Grande e Rondinha, produtor rural aposentado, 2013).*

Analisando a gênese da constituição da APSAT e o histórico da comunidade em se unir para vencer desafios individuais de forma coletiva, não surpreende o fato de pessoas que já participavam destas movimentações sociais terem sido as primeiras a assumirem os primeiros anos de gestão da APSAT Mato Grande e Rondinha, utilizando-se para tanto de conhecimentos empíricos e experiências comuns como únicas ferramentas para conduzir a direção dos primeiros esforços.

No entanto, a ausência de eventos de capacitação específica em gerenciamento e associativismo para dirigentes da associação evidencia a desarmonia entre as políticas do PRONAF e outras que induzem os produtores a reunirem-se em associações ou mesmo, assinarem créditos solidários.

Esse descaso em oferecer preparação que visasse o gerenciamento dos recursos oferecidos pelo governo federal tem se revelado um grande empecilho para o sucesso das políticas assistencialistas. Não obstante, essa realidade também atinge aos associados da APSAT Mato Grande e Rondinha.

*“Quando o governo começou a falar da liberação dos recursos do PRONAF, praticamente todo mundo da Associação solicitou a este financiamento. Como as exigências eram menores naquela época, grande parte foi contemplada. Porém, nem todos investiram estes recursos como deveriam e o Banco, depois do tempo de carência, começou a fazer as cobranças, conforme ficou estabelecido nas regras de contrato. Teve gente que trocou de carro, fez viagens com o dinheiro e que hoje, está em dívida ativa com o Banco do Brasil, sem saber como vai fazer para pagar suas contas. Por isso eu penso que esse benefício precisava ter exigido desde o início, um curso de capacitação para que todo mundo ficasse ciente do que estava sendo liberado e das formas como deveria administrar estes valores.”(Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha desde a sua fundação).*

Uma vez analisadas as respostas dos entrevistados e mesmo em meio a este panorama pouco favorável apresentado até então, faz-se possível estabelecer algumas características positivas entre as falas dos produtores quanto a constituição da APSAT Mato Grande e Rondinha, a saber:

- a) a transformação do sistema de produção abandonando culturas marcadas por excessivo desgaste físico do produtor e manejo de tração animal, possibilitou maior retorno financeiro com o manejo mecanizado;
- b) os agricultores tiveram maior inserção no mercado, ocupando maiores espaços econômicos seja direta ou indiretamente;

c) a introdução de novas tecnologias, técnicas e novos conhecimentos proporcionou novas experiências no campo do associativismo e no intercâmbio com produtores de outras regiões do Estado.

Todavia, contrastando com estes aspectos positivos, é perceptível também uma preocupação constante dos entrevistados com a escassez de mão de obra para realização das atividades nas propriedades.

*“Todos os produtores que se associaram a APSAT Mato Grande e Rondinha sobrevivem exclusivamente do que produzem em suas propriedades. A prática da agricultura está na histórica de praticamente todas as famílias que hoje se dedicam a produção hortigranjeira da comunidade. No entanto, nossos filhos não demonstram interesse em continuar nossa prática e temido buscar empregos em outros ramos comerciais das áreas urbanas. Eu não tiro a razão dos meus filhos. É difícil mesmo ter de lidar ao mesmo tempo com as variações de preço que o mercado oferece, com o fato de nem sempre ter procura dos consumidores para nossos produtos e além disso, nossa produção ainda está à mercê das variações da natureza. Muitas vezes, as chuvas de granizo ou as estiagens prolongadas já destruíram cultivos inteiros que já estavam prontos para a colheita, deixaram nós todos em péssimas condições financeiras”* (Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha desde a sua fundação).

Na fala deste mesmo produtor, o próprio crescimento urbano da cidade de Canoas tem sido outro grande agravante para que o produtor desista de suas atividades hortigranjeiras. Apontando para uma área cercada a menos de um quilômetro de sua propriedade, ele diz:

*“Está vendo aquilo ali? Antes era uma área que meu antigo vizinho destinava para o cultivo de couve e brócolis. Vendia muito. Vinham pessoas até da Serra para comprar aqui. Ano passado, a esposa dele faleceu e numa reunião com os filhos, que hoje moram em Porto Alegre, meu vizinho resolveu vender tudo para uma construtora. Aí, o pessoal veio, arrancou tudo: casa, paiol de máquina, plantações... colocaram aqueles tapumes e anda uma conversa por aí que vão construir um condomínio residencial... mais adiante, nossas terras estão sendo cortadas pela construção da rodovia Dia e noite passam caminhões por aqui, as máquinas trabalham sem parar. Então, nós, pequenos proprietários rurais que sobrevivemos do que produzimos, estamos numa encruzilhada! Sinceramente, isso tem me preocupado muito, porque não estou em idade de começar tudo de novo (64 anos) e o salário que recebo de minha aposentadoria vai todo para pagar o aluguel da minha propriedade e as despesas básicas. É com o que eu planto e consigo vender que eu equilibro minhas dívidas”* (Nilson Alves, agricultor familiar associado à APSAT Mato Grande e Rondinha desde a sua fundação).

As obras de construção da rodovia referidas pelo entrevistado dizem respeito à BR 448/RS, a “Rodovia do Parque”, que ligará a Região Metropolitana de Porto Alegre à BR 290 com intuito de diminuir o tráfego intenso da BR 116 que liga o interior a

Capital. No total serão 22,34 quilômetros de obra, iniciados em setembro de 2009 e com previsão de finalização para dezembro de 2013. A execução da obra foi dividida em 3 lotes que trabalham simultaneamente em seus perímetros de abrangência.

Analisando as informações contidas no site oficial do governo do Estado, percebe-se que as comunidades de Mato Grande e Rondinha possuem parte de seus terrenos incluídos no Lote 2 que contempla os segmentos entre o km 9,14 ao km 14,44, ou seja, 5,30 km desta rodovia. Nestes terrenos, além das obras necessárias à instalação da rodovia propriamente dita, foi realizada a construção de uma elevada com extensão aproximada de 2,5 km sobre o Dique Mathias Velho.

Por se tratar de uma área alagadiça, essa parte do processo de construção demandou a necessidade de transporte de inúmeras cargas de materiais para soterramento, o que se traduziu na intensificação do tráfego de caminhões nas ruas das comunidades estudadas, antes consideradas tranquilas.

No entanto, em conversa com outra associada, quando questionada sobre esta crescente especulação imobiliária e a construção da BR, percebem-se as seguintes afirmações:

*“Realmente, nosso ritmo de vida mudou bastante de uns anos para cá. Estamos ainda nos adaptando com o barulho das máquinas que trabalham na construção da faixa e com o fluxo de carro que aumentou consideravelmente em nossas ruas. Porém, penso que toda esta estrutura do novo condomínio que está sendo criado, trará consigo a presença de mais pessoas que conseqüentemente, podem se interessar pela compra de produtos hortigranjeiros em minha propriedade. Além disso, faço entregas na CEASA praticamente todos os dias. Como sou eu mesma quem dirijo o caminhão, sei o que é o tráfego da BR 116 e a necessidade mais que urgente de desafogar esta via. Por isso, a Rodovia do Parque, que vai passar aqui perto, vai trazer um significativo ganho de tempo no transporte, além de encurtar o caminho até a CEASA” (Maria Luiza Pacheco, produtora familiar rural, associada a APSAT Mato Grande e Rondinha).*

Valendo-se de ambas as opiniões, pode-se considerar que, apesar deste inevitável estrangulamento das propriedades rurais do município de Canoas que atingirá principalmente os pequenos proprietários, aqueles produtores que conseguirem se manter poderão vir a desfrutar de situações muito favoráveis para a continuidade de suas atividades, mesmo em meio a tantos aspectos que a primeira vista, apresentam-se negativos.

O reavivamento das atividades da APSAT Mato Grande e Rondinha parece a primeira vista uma das estratégias positivas que poderiam ser utilizadas para se pensar

soluções para este impasse. No entanto, o que se percebe é justamente o contrário, ou seja, apesar de juridicamente ainda continuar existindo, percebe-se um desinteresse por parte dos associados, realidade que em muito contrasta com o cenário inicial dos primeiros anos da Associação, marcados pelo engajamento coletivo.

Outro aspecto citado são as políticas de acesso aos benefícios do PRONAF. Muitos dos produtores associados ainda se encontram em dívida ativa junto ao Banco do Brasil, responsável por ceder e controlar estes recursos. No início, a maioria das pessoas que adquiriram este financiamento, foi atraída pelas facilidades em conseguir o empréstimo, o qual dispensava a apresentação de fiadores e oferecia três meses de carência ao produtor, antes do início de seu ressarcimento ao banco.

Poucos foram aqueles que realmente investiram estes recursos em suas propriedades ou mesmo, em melhorias no seu sistema produtivo. Isso se traduziu em uma maior burocratização no acesso a esse benefício e acompanhamentos técnicos esporádicos às propriedades que se encaixam no perfil para liberação dos recursos.

No que se refere a mecanização das propriedades, é consenso na fala dos entrevistados que nem todos os associados teriam condições de adquirir tratores. Desta forma, a APSAT contribuiu significativamente por possibilitar que os pequenos produtores recebessem serviços em suas propriedades com pequenos investimentos individuais.

Na prática, a APSAT possibilitou maior acesso a CEASA / RS, o que repercutiu muito positivamente na valorização dos produtos hortigranjeiros oferecidos.

Conforme apontado na fala de um dos entrevistados, houveram muitos entraves trazidos com a descontinuidade das políticas agrícolas devido as constantes trocas de governo, seja em esfera municipal, estadual ou nacional:

*“A melhor época para nós que vivemos da Agricultura Familiar foi quando em seu primeiro mandato o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou que o gaúcho Francisco Turra assumisse o governo do Ministério da Agricultura. Ele criou um sistema chamado “rural rápido”. Funcionava como uma espécie de cheque especial que o produtor administrava em suas atividades. Porém, caso ultrapassasse o limite pré-estipulado, isso não se revertia em cobrança para o produtor. Todos tinham gostado da ideia e utilizavam comumente em suas negociações este recurso. Porém, quando o Turra saiu do Ministério da Agricultura, esse sistema simplesmente deixou de existir. Hoje em dia, a gente vê propagandas na televisão, no jornal, falando de todas as vantagens que o PRONAF tem trazido para a Agricultura Familiar, dando a ideia de que tudo corre as mil maravilhas! Porém, eles nunca dizem o quanto é difícil conseguir esses recursos, nunca falam de toda a burocracia que é necessária e dos valores irrisórios que são recebidos depois de todos os gastos que temos de bancar para conseguir as documentações solicitadas pelo banco para liberação*

*destes benefícios. Tudo isso, agrava ainda mais as visões negativas que o produtor vem cultivando acerca da prática agrícola, desestimulando-o a continuar em suas propriedades*

*As cooperativas, as associações agrícolas hoje em dia funcionam mais como atravessadores dos produtos do que necessariamente, formas de pensar o sistema produtivo. Um exemplo disso é este programa da Merenda Escolar, que não contempla leguminosas em seus cardápios e que apesar de todo o modismo da expressão, sempre recebeu produtos hortigranjeiros das comunidades canoenses, embora que fornecida por meio de atravessadores” (Luis Vanderlei Schein, técnico em química, produtor familiar rural e atual presidente da APSAT Mato Grande e Rondinha, 2013).*

Ao contrário do que acontecia com os demais técnicos da EMATER em anos passados, foi possível perceber na fala dos entrevistados que estes estão satisfeitos com o atual técnico que tem prestado assessoria a Associação. Alguns enfatizam que percebem nele um esforço em estar sugerindo novas formas de apresentação do produto ao mercado consumidor, que ele tem intervindo de forma mais efetiva na distribuição de horas/máquinas do trator da Associação, chegando ele mesmo a trabalhar como operador nos momentos de extrema precisão. Isso, foi apontado como um aspecto positivo na motivação dos associados em reacreditar na APSAT, sendo perceptíveis alguns pequenos esforços neste sentido.

No entanto, é possível constatar entre os entrevistados que não há um interesse em estabelecer perspectivas para o futuro da APSAT, atribuindo a esta realidade as mais diferentes justificativas: abandono dos associados, falta de mão-de-obra, intensa burocratização no acesso aos benefícios dos créditos agrícolas, excessivo crescimento urbano limitando cada vez mais as áreas de cultivo, oscilações dos preços oferecidos pelos produtos ofertados, falta de interesse dos filhos em manter a atividade agrícola como meio de sobrevivência, etc.

Em linhas gerais e ressaltando-se as especificidades da associação de produtores hortigranjeiros das comunidades Mato Grande e Rondinha, pode-se observar que o Programa APSAT ainda pode ser passível de implantação em outras localidades, desde que não se perca de vista que tal movimento se traduz em demanda de tempo e traz em si a necessidade de lidar com objetivos que englobam simultaneamente interesses e desembolsos financeiros por parte dos agricultores, exigindo muita articulação e preparo por parte dos extensionistas rurais que estiverem no direcionamento de tais esforços.

O acesso à mecanização individual por parte dos pequenos produtores, a preços de mercado se mostra impraticável no atual cenário brasileiro. Desta forma, a

agricultura familiar individual se vê obrigada a escolher entre dois caminhos: ou se volta para atividades de densidade econômica que comportem o custo da mecanização, ou busca subsídios para cobrir parte dos custos, permanecendo desta forma, à margem da mecanização. Sob este viés, a implantação de APSAT's se apresenta como uma alternativa de solução para este impasse, observando-se na APSAT Mato Grande e Rondinha um importante exemplo desta prática.

Contudo é de fundamental importância que a Associação esteja sempre capacitada a adaptar-se às necessidades e interesses de seus associados, procurando propiciar condições favoráveis para que seu público específico se desenvolva com autonomia e sustentabilidade.

Pelo fato de congregarem um número significativo de pessoas e não terem fins econômicos, as associações são reconhecidas como de interesse público, beneficiando-se de recursos financeiros diversos, originários de órgãos governamentais, quase sempre repassados com juros diferenciados ou mesmo inexistentes, e de programas governamentais específicos. Portanto, quanto maior a representatividade do grupo maior serão suas chances de sucesso da Associação, mais fácil será conseguir a adesão de outros produtores familiares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição socioespacial das comunidades de Mato Grande e Rondinha é marcada pela prática de associações comunitárias, ainda que não formalizadas como estratégia para a manutenção da identidade local, além de viabilizar um sistema de ajudas mútuas e voluntárias em sistema de rodízio que cumpria dupla função: viabilizar a prática agrícola e promover uma maior integração entre os moradores locais.

Portanto, a adoção do Programa APSAT na década de 1980, promovido pelo governo estadual em parceria com a EMATER/RS, não representou grandes inovações enquanto prática associativista para as comunidades estudadas, embora tenha sido responsável pela configuração jurídica da Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Mato Grande e Rondinha, como passou a ser conhecida desde então,

Esta nova formatação trouxe vantagens às comunidades, tais como: a promoção de cursos e encontros de capacitação em outras APSAT's, a viabilização no acesso às linhas de financiamentos (principalmente o PRONAF), o acesso a utilização de maquinários que se traduziram em maiores produtividades e melhor ocupação do tempo por parte dos associados, o compartilhamento de recursos técnicos pelos produtores locais.

Mesmo assim, vemos que o desenvolvimento das atividades da APSAT Mato Grande e Rondinha ao longo de sua história está permeado tanto de experiências positivas, quanto negativas. Esses aspectos ficam bastante evidentes nos depoimentos dos entrevistados.

Há unanimidade quando estes atores afirmam ser o PRONAF uma das melhores políticas governamentais de incentivo a agricultura familiar, embora a burocratização constatada nos últimos anos tenha se traduzido num grande entrave para o acesso a esses recursos, seja porque os pequenos produtores não conseguem arcar com os gastos demandados pela providência das documentações necessárias junto aos órgãos

competentes, seja porque precisam ter quitado dívidas anteriores com a instituição financeira para conseguir novas disponibilizações destas linhas de crédito.

Fica claro na fala dos entrevistados um certo saudosismo quando recordam-se dos anos iniciais da APSAT ou mesmo, de tempos ainda anteriores, quando era mais perceptível o engajamento de todos em prol do bem-estar coletivo. A ideia de que o sucesso da APSAT Mato Grande e Rondinha estava condicionado à premissa de que todos precisavam fazer a sua parte era a grande força motriz, traduzindo-se em muitos benefícios às comunidades.

Na prática, o estudo demonstrou que a APSAT Mato Grande e Rondinha é uma associação constituída por pequenos produtores, que sobrevivem basicamente do que produzem em suas propriedades. Rege-se por Estatuto Interno e pelas disposições legais relativas às sociedades civis. Sua administração e fiscalização são realizadas por uma diretoria composta por seis membros, eleitos democraticamente entre os associados, sendo que estas funções são exercidas por tempo determinado e não são remuneradas.

Entre os desafios que se apresentam à direção da APSAT, evidencia-se como uma das principais dificuldades a manutenção da motivação dos demais associados com vistas ao futuro da Associação, seguida pela inadimplência devido à falta de pagamento das mensalidades e das “horas-máquinas”. Este cenário preocupa o atual presidente, pois tem se traduzido na diminuição do número de associados, enfraquecendo a representatividade da APSAT.

A construção da Rodovia do Parque (BR 448/RS) e a conseqüente especulação imobiliária nas comunidades onde se realizou o estudo também têm trazido conseqüências que representam consistente ameaça à continuidade das atividades da APSAT Mato Grande e Rondinha. Questionados sobre isso, há uma evidente divisão de opiniões: alguns, enfatizam o aspecto negativo traduzido pela diminuição das unidades produtoras e o desinteresse dos filhos em continuar com a prática agrícola no futuro. No entanto, outros concordam em parte com o fato da construção da BR se traduzir em melhorias no transporte de suas produções até os centros de distribuição, além de abrir possibilidades para a comercialização direta em suas propriedades.

É importante observar que este segundo grupo encontra-se melhor estruturado: são proprietários de maiores quantidades de terras, possuem caminhões próprios para realizar as entregas diárias em grandes quantidades para uma ampla carta de clientes fidelizados. Isso, em muito contrasta com a realidade dos entrevistados que se mostram desesperançosos com a continuidade da prática da agricultura familiar.

A construção da BR 448/RS representa significativo investimento público visando formas de auxiliar na logística de transportes rodoviários do Estado. No entanto, a preocupação governamental, pautada em estudos e análises dos impactos que isso significaria aos lugares por onde passaria a rodovia propriamente dita, não se traduziu em universalidade, embora os meios de comunicação assim o promovam. Prova disso é a forma como foram feitos os reassentamentos das famílias retiradas destes locais, segundo o que apurou-se em conversas com um dos entrevistados. Estas alocações não consideraram o fato de que algumas famílias sobreviviam daquilo que produziam em suas pequenas propriedades rurais, preocupando-se apenas em providenciar novas moradias para as mesmas.

Em análise do apoio técnico recebido da EMATER/RS, percebe-se que este se fez mais efetivamente no início das atividades da APSAT Mato Grande e Rondinha. Esse período é lembrado por alguns entrevistados que se utilizam de fatos ocorridos para ilustrar o quanto essas ocasiões foram significativas para incentivar a continuidade das práticas agrícolas nas comunidades. Compete a EMATER/RS zelar e promover a implantação do programa APSAT no Estado através de acompanhamentos direcionados aos pequenos produtores rurais.

A experiência da APSAT Mato Grande e Rondinha comprova que os resultados obtidos pela aplicação deste programa são muito significativos enquanto estratégia de promoção da continuidade do trabalhador na prática da agricultura familiar, desde que devidamente amparado por acompanhamentos técnicos e políticas públicas efetivas.

Contudo, a implantação e a eficiência do Programa APSAT, além do apoio técnico por parte da EMATER/RS e medidas incentivadoras advindas das esferas governamentais, demanda a realização de estudos e análises críticas contínuas, pautadas sobretudo nas reais necessidades demandadas pelos associados, com vistas ao desenvolvimento de sua autonomia e sustentabilidade. Mobilizar estes atores para a percepção de seu grande potencial e fortalecimento enquanto associação parece ser o maior de todos os desafios.

A formação de uma associação nos moldes do programa APSAT está longe de ser um caminho fácil, certo, tampouco de breve percurso. Antes de tudo, requer persistência para a sua continuidade, aptidão para lidar com as divergências que o próprio processo democrático das decisões contempla, determinações de objetivos coletivos e bem fundamentados nas necessidades reais dos associados que a compõem.

Compreender o potencial que a prática do associativismo pode representar parece conter em si a própria tônica motivadora. No entanto, para que isso se torne realidade, é preciso dedicação de todos, ações coletivas em prol do bem estar comum, aliados a constantes motivações e demonstrações de fortalecimentos a partir das tomadas de decisões acertadas e conscientes.

A eficiência de uma associação está diretamente ligada à participação, à mobilização, ao envolvimento de seus atores participantes, a partir do entendimento pleno de suas responsabilidades, quais são os papéis que representam dentro da organização, o que contribuiria significativamente para o fortalecimento da identidade. Independe de técnicos e fiscalizações, mas sim de projetos sociais bem elaborados e que venham de encontro as reais necessidade de todos os envolvidos.

## REFERÊNCIAS

- ACCARINI, J.H. **Economia Rural e Desenvolvimento:** reflexões sobre o caso brasileiro. Petropolis: Editora Vozes, 1987.
- BICCA, E. F. **Assistência Técnica e Extensão Rural:** história, filosofia, EMBRATER e EMATER/RS, transferência de tecnologia, difusão de políticas agrícolas, organização rural. Porto Alegre, RS: EMATER/RS – ASCAR, 1979
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ongs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999
- CALZAVARA.O. **Agroindústria associativa como estratégia para o desenvolvimento agrário.** Sober: 1999
- CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE CANOAS/RS. **Projeto: Centros de Produção e Capacitação em Economia Solidária:** economia solidária como estratégia de desenvolvimento local de Canoas e região (diagnóstico participativo). Canoas, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em <[www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/diagnosticoparticipativo.pdf](http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/diagnosticoparticipativo.pdf)> Acesso em 12 de maio de 2013.
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. **A agricultura em grupo.org.** CORRÊA. A.N.; SILVA, F. C. Brasília: 1984, 86 p.
- KLINGENSTEINER. P. **Utilização supra-empresarial de máquinas e equipamentos agrícolas no sul do Brasil,** Eschborn, Alemanha: GTZ, 1986.
- MATTEI, L. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados.** Anais do IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém: 19 a 23 de março de 2001
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS – **Informativo Canoas em Dados** Disponível em: <[http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/18863/Canoas\\_em\\_Dados2011.pdf](http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/18863/Canoas_em_Dados2011.pdf)> Acesso em: 29 de julho de 2013.
- RAMBO, A. B. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil.** In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo. v.23,jul./dez. 1998
- ROCHE, j. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969
- WILKINSON, J. ; MIOR, L. C. **Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces.** Estudos Sociedade e Agricultura: CPDA/UFRRJ, 1999

## APÊNDICE

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS ASSOCIADOS

#### 1. Identificação

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino Idade: \_\_\_\_\_

anos

Grau de instrução: \_\_\_\_\_

Possui curso (s) técnico (s): \_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo você e/ou sua família faz(em) parte da Associação de Produtores Rurais do Mato Grande?

\_\_\_\_\_

3. Em sua família é comum a prática agrícola? Desde quando?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Qual a sua principal fonte de renda? Como a prática agrícola se enquadra da renda familiar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. O que você considera da formação da Associação de Produtores Rurais do Mato Grande?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Com que frequência ocorre sua participação nas reuniões e nos encontros que são realizados pela Associação de Produtores Rurais do Mato Grande? Como você participa? E os demais participantes, como participam? O que você destacaria nessas reuniões, o que chama mais a sua atenção?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. O que você acha de incentivos governamentais e legislações próprias voltadas especificamente para o setor agrícola?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Hoje, em sua opinião, o que deveria ser considerado como prioridade para a manutenção ou mesmo, aprimoramento da Associação de Produtores Rurais do Mato Grande?